



MMº JUIZ,

em face dos embargos de declaração do id n. 1377289833, a Defensoria Pública estadual vem se manifestar no seguinte sentido:

Inicialmente, frise-se que tantos os autos de nº 024.06.255.350-8 como os de nº 024.13.280.839-5 estão em processo de digitalização na 29ª Vara Cível, os quais estão apensados, visando tramitação em conjunto.

Nos presentes autos, alega o embargante violação ao princípio da não-surpresa e do contraditório ante a "ausência de intimação do Banco BMG a respeito da suposta conexão antes de prolação de decisão".

Ora, Exa., embora o embargante não tenha sido efetivamente intimado do pedido de reconhecimento de conexão, insta observar que sua manifestação do id 431973578 deu-se em 24.08.20, isto é, seis dias após a manifestação dos autores no id 373453396, onde havia expressa menção ao pedido de reconhecimento de conexão.

Competia ao réu insurgir-se quanto ao aludido pedido na primeira oportunidade que acessou os autos, isto é, no momento da sua manifestação de id 431973578, não obstante, quedou-se inerte, vindo tão somente após a prolação da decisão objurgada mencionar sua surpresa e afronta ao contraditório.



Ademais, aludido reconhecimento de conexão nenhum prejuízo trouxe ao réu, o qual manifestou seu inconformismo a tempo e modo.

Com efeito:

Processo: Apelação Cível

1.0421.14.000134-6/001

0001346-59.2014.8.13.0421 (1)

Relator(a): Des.(a) Estevão Lucchesi

Data de Julgamento: 28/01/2016

Data da publicação da súmula: 05/02/2016

“EMBARGOS À ARREMATÇÃO. MATÉRIAS JÁ DECIDIDAS. PRECLUSÃO. PREÇO VIL. INOCORRÊNCIA. ARREMATÇÃO. PROCURAÇÃO. POSTERIOR CONVALIDAÇÃO. As matérias trazidas em sede recursal, já decididas no feito por decisão contra a qual não foi interposto recurso cabível, são protegidas pelo manto da coisa julgada formal, encontrando-se preclusa a oportunidade para questioná-las. **Pelo princípio da instrumentalidade das formas, não se decreta a nulidade do ato se ele houver atingido a finalidade pretendida e dele não decorrer qualquer prejuízo às partes**” (Grifei).



Outro ponto que importa destacar diz respeito ao fato de que eventual existência de conexão entre autos pode ser declarada até mesmo de ofício, não competindo ao autor ou ao réu aceitar ou não mencionado fenômeno processual de modificação da competência para apreciar a causa.

Não se trata de “escolha do julgador”, como quer fazer crer o embargante.

Enfim, a existência de conexão deve ser reconhecida uma vez demonstrada a sua ocorrência no caso concreto.

Em relação à mencionada tramitação em conjunto dos autos de nº 024.13.280.839-5 e 024.06.255.350-8, da 29ª Vara Cível, observa-se que o próprio embargante destacou que “a suposta conexão aventada pela autora seria, em verdade, em relação à ação civil pública nº 0024.06.255350-8”. Ora, se os feitos físicos em testilha estão tramitando em conjunto, insta mencionar que inexistente qualquer nulidade apta a causar prejuízo para o embargante.

Aliás, seria até mesmo de interesse do embargante a tramitação conjunta dos feitos, evitando-se decisões díspares, em flagrante vantagem para a economia processual.



Destacou o embargante que “inexiste relação para fins de conexão entre esta ação e o cumprimento provisório em questão, pois o feito executivo trata somente de descumprimento de decisão judicial relativa à sentença exequenda e aplicação de multa cominatória. Ora, sendo que o escopo da sentença exequenda sob comento trata somente de contratação via telefone de cartão de crédito consignado para idosos, aposentados e pensionistas, enquanto o objeto da demanda trata do acionamento da função tele-saque do cartão de crédito via telefone, não se verifica a existência de vinculação ou prejudicialidade alguma entre tais demandas”.

Entrementes, Exa., ao contrário do que alude o embargante, conforme decisão anexa, nos autos de nº 0024.13.280.839-5 ficou expressamente consignado que “o acórdão oriundo da 11ª Câmara Cível suspendeu apenas para retificar a ordem de suspensão da comercialização do cartão de crédito consignado, para limitar a determinação apenas “por telefone e aos idosos”. Nos mesmos autos, constou ainda o seguinte: “...majoro a multa diária para o importe de R\$ 200.000,00 (...) **relativo a qualquer produto relacionado a cartão de crédito consignado para idosos**, aposentados e pensionistas via telefone; suspendo a comercialização do cartão de crédito consignado (...) até que o réu comprove cabalmente que se absteve de tal prática e, por conseguinte, está cumprindo a ordem judicial” (Grifei).

Exa., na decisão que ora se anexa extraída dos autos n. 024.13.280.839-5, percebe-se claramente que ficou determinado via acórdão da 11ª Câmara Cível que houve ordem de suspensão de comercialização de qualquer produto relacionado a cartão de crédito consignado para limitar a determinação apenas



“por telefone e aos idosos”. Ora, na presente demanda, na exordial, foi afirmado que o banco-réu, mediante ligação telefônica, oferece o limite de crédito para os aposentados e pensionistas como se fosse um empréstimo comum e extremamente vantajoso, creditando na conta corrente ou poupança. Essa inovação (armadilha) foi intitulada tele-saque.

Portanto, o objeto das demandas são as mesmas, restando insofismável que o banco-réu continua descumprindo ordem judicial emanada daquela 29ª Vara Cível, em relação ao qual pesa uma multa milionária ante o descumprimento da ordem judicial.

Na verdade, o banco-réu está deveras temerário com o reconhecimento da presente conexão com os aludidos autos, posto que restará deveras patente a sua continuidade infracional apta a gerar nova e pesada condenação.

No documento anexo, ficou observada em tese ainda a prática de crime contra o consumidor, quando foi determinado fosse oficiado à Polícia Civil e Federal para as apurações delitivas em tela.

A chamada conexão por prejudicialidade aplica-se ao caso, posto que a decisão de uma causa pode interferir na solução dada em outra, a teor do art. 55, §§ 2º e 3º, do CPC, existindo flagrante vantagem para a segurança jurídica e coerência nas análises dos feitos conexos e prestação jurisdicional.



Destarte, Exa., inexistindo prejuízo para o embargante, não há que se falar em nulidade, sendo que compete ao juízo aferir se pode ocorrer conflito lógico de decisões, impondo-se, *in casu*, a evidente, necessária e pertinente reunião dos processos ora buscada.

JULIO CESAR CECCHIN

Defensor Público

Madep n. 141-D

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 06ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

PROCESSO Nº 5154588-04.2019.8.13.0024

INSTITUTO DEFESA COLETIVA, já devidamente qualificado nos autos da ação coletiva de consumo em epígrafe, em que contende com **BANCO BMG S.A**, vem, respeitosa e tempestivamente¹, à presença de V. Exa., em atenção à intimação de ID nº 364267114, apresentar **RESPOSTA AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** de ID nº 1377289833, opostos pela Instituição Financeira Ré em face da decisão de ID nº 1019914881.

1. BREVE RESUMO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS

O Banco Réu manejou os aclaratórios (petição de ID nº 1377289833) no intuito de sanar supostas omissões existentes na decisão proferida por esse d. juízo, a qual declinou a competência para o juízo da 29ª Vara Cível desta Capital, para processamento e julgamento da presente demanda conjuntamente com o feito de nº 2808395-48.2013.8.13.0024, em razão do reconhecimento de conexão.

Aduz o Embargante que a decisão embargada foi proferida na ausência de intimação da parte Requerida para manifestar-se acerca da existência de conexão, o que represente inobservância ao contraditório, ampla defesa e ao princípio não-surpresa.

Assevera ainda que o provimento jurisdicional embargado desconsiderou a decisão proferida pelo Eg. Tribunal de Justiça de Minas Geras no julgamento do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001, em que teria sido afastada a alegação de conexão entre as ações.

Por fim, alega a inexistência de vínculo ensejador de conexão entre a presente ação e o cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

Observa-se, de toda sorte, que não podem ser acolhidos os embargos de declaração opostos, pelos motivos que se passa a expor.

¹ O Embargado foi intimado para se manifestar no dia 23.11.2020 (segunda-feira), consoante se infere da intimação de ID nº 364267114. Dessa forma, a contagem do prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, teve início no primeiro dia útil subsequente, isto é, 24.11.2020 (terça-feira). Assim, o prazo fatal dar-se-á somente em 30.11.2020 (segunda-feira), não havendo que se falar em intempestividade.

2. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA NULIDADE DA DECISÃO – IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA E AUSÊNCIA DE PREJÚÍZO

Alega o Banco Embargante que a decisão de ID nº 1019914881 teria violado o princípio da não-surpresa e do contraditório, haja vista que foi proferida na ausência de intimação da Instituição Financeira para se manifestar a respeito da conexão suscitada pela parte Embargada.

Observa-se que, de fato, o Embargante não foi efetivamente intimado a se manifestar acerca da existência de conexão. Todavia, insta observar que o pedido de reconhecimento de conexão do presente feito ao cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024 foi suscitado pela parte Autora, ora Embargada, na petição de ID nº 373453396, protocolizada no dia 18.08.2020, sendo que o Banco se manifestou nos autos, por meio da petição de ID nº 431973578, protocolizada 24.08.2020, que teve como objeto a especificação de provas determinada por esse d. juízo.

Assim, constata-se que o Embargante se manifestou nos autos seis dias após a manifestação dos autores, em que se requereu o reconhecimento da existência de conexão.

Dessa forma, observa-se que, nos termos do art. 278 do CPC², competia ao Embargante insurgir-se quanto ao aludido pedido na primeira oportunidade que acessou os autos, isto é, no momento da sua manifestação na petição de ID nº 431973578. Entretanto, a Instituição Financeira ficou-se inerte, vindo tão somente após a prolação da decisão objurgada mencionar sua surpresa e afronta ao contraditório.

Não obstante, não se pode perder de vista que a função primordial do processo é a solução de conflitos submetidos ao Estado-jurisdicção, devendo-se buscar sempre que possível o aproveitamento dos atos processuais.

Por essa razão o Código de Processo Civil privilegia o aproveitamento dos atos processuais inválidos (art. 277 do CPC³), estabelecendo a regra segundo a qual não há nulidade processual sem a existência de prejuízo à parte, conforme nos ensina Fredie Didier Jr⁴, *in verbis*:

A invalidade processual é sanção que somente pode ser aplicada se houver a conjugação do defeito do ato processual (pouco importa a gravidade do defeito) com a existência de prejuízo. Não há nulidade processual sem prejuízo (pas de nulité sans grief). A invalidade processual é sanção que decorre da incidência de regra jurídica sobre um suporte fático composto: defeito + prejuízo. Sempre - mesmo quando se trate de nulidade cominada em lei, ou as chamadas nulidades absolutas.

Há prejuízo sempre que o defeito impedir que o ato atinja a sua finalidade. Mas não basta afirmar a violação de uma norma constitucional para que o prejuízo se presuma. O prejuízo, decorrente do desrespeito a uma norma, deverá ser demonstrado caso a caso.

² Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

³ Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

⁴ Curso de Direito Processual Civil. Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. Vol. I. 18ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 410/412.

(...)

Somente se deve nulificar um ato do procedimento ou o próprio procedimento se não for possível aproveitá-lo - do mesmo modo que a invalidação deve restringir-se ao mínimo necessário, mantendo-se incólumes partes do ato que possam ser aproveitadas, por não terem sido contaminadas.

O magistrado deve tentar aproveitar o ato processual ou o procedimento defeituoso. **Eis o princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos, que se aplica sempre, pouco importa o grau do defeito do ato ou do procedimento.** Os artigos do CPC mencionados linhas atrás, que consagram o princípio de que não há nulidade sem prejuízo, também servem como fundamento normativo para aplicação do princípio ora examinado. (Grifo nosso)

No caso em comento, embora não tenha havido a intimação do Embargante para se manifestar sobre o pedido de conexão, contata-se que nenhum prejuízo adveio do reconhecimento do referido instituto jurídico processual, razão pela qual a nulidade da decisão embargada não se coaduna com a ideia de efetividade e economia processuais.

Nesse sentido é o entendimento do TJMG. Veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - ADITAMENTO INICIAL - EQUIVOCO DO NOME DA PARTE - POLO PASSIVO - PRAZO PARA ADEQUAÇÃO - INOBSERVANCIA - INVALIDADE AFASTADA - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - CONSIDERÁVEL LAPSO TEMPORAL - INADEQUAÇÃO DA MEDIDA. - O prazo para emenda/aditamento da inicial não é peremptório, admitindo-se que o julgador examine, dentro de um critério de razoabilidade, a conduta do requerente no caso concreto, quando cumprida a diligência após o prazo legal. - O reconhecimento de nulidade do ato processual pode ser afastada, quando a invalidade não tiver trazido prejuízo às partes, priorizando o aproveitamento dos atos processuais. - Ao constatar a invalidade de um ato processual deve o julgador examinar, aplicando o princípio da proporcionalidade, no caso concreto se a declaração de nulidade daquele ato é a medida mais adequada. - O aditamento da peça inicial para retificar o nome da parte ré, mesmo se realizado após o prazo legal, não conduz à extinção do feito quando tal ato não causou prejuízos à defesa da parte, notadamente, em razão do lapso temporal decorrido entre a referida irregularidade e a declaração de sua nulidade (cerca de 3 anos), sem manifestação do juízo.

(TJMG – Apelação Cível nº 10460110030240002 MG, Relator: Mariângela Meyer, Data de Julgamento: 25/04/2017, 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/05/2017) (Grifo nosso)

Portanto, observa-se que ausência de intimação do Embargante para se manifestar acerca do pedido de reconhecimento de conexão não enseja a nulidade da decisão embargada, seja porque o Banco deixou de se pronunciar sobre a matéria na primeira oportunidade em que lhe coube falar nos autos, nos termos do art. 278 do CPC, seja porque não comprovou que lhe adveio qualquer prejuízo com o reconhecimento da conexão suscitada, razão pela qual não devem ser acolhidos os aclaratórios.

3. INEXISTÊNCIA DE ERRO DE PREMISSA – EVIDENTE RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Alega o Embargante a existência de omissão e erro de premissa a respeito da inexistência de vínculo ensejador de conexão entre a presente demanda e o cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, haja vista que os feitos possuiriam objetos distintos, inexistindo prejudicialidade e/ou dependência entre ambos.

Tais argumentos também não merecem prosperar, haja vista que a parte Embargada demonstrou devidamente a relação de prejudicialidade advinda da tramitação não conjunta dos feitos, a qual foi reconhecida inclusive pelo Ministério Público de Minas Gerais, no parecer de ID nº 965079819.

Nestes termos, vê-se que, em novembro do ano de 2006, o Instituto Defesa Coletiva ajuizou ação civil pública (processo nº 2553508-45.2006.8.13.0024) em face do Banco BMG, em razão da notória abusividade na contratação do cartão de crédito consignado a consumidores idosos, via telefone, sem o repasse de informações claras e adequadas, bem como pela veiculação de propaganda enganosa, por omissão de dados essenciais à celebração do contrato, a qual conduziu os idosos, aposentados e pensionistas ao superendividamento.

A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias para condenar o Banco, Embargante, na obrigação de não fazer, consistente na abstenção da contratação via telefone, do produto “cartão de crédito BMG Master”, sob pena de multa diária.

Ocorre que mesmo após a prolação da decisão judicial o Banco continuou a realizar a contratação do cartão de crédito consignado, via telefone, fato que ensejou o ajuizamento de execução provisória de sentença (processo nº 2808395-48.2013.8.13.0024), em que foram analisados diversos elementos probatórios a fim de se verificar a ocorrência da contratação ilícita e, por corolário, o desatendimento do provimento jurisdicional.

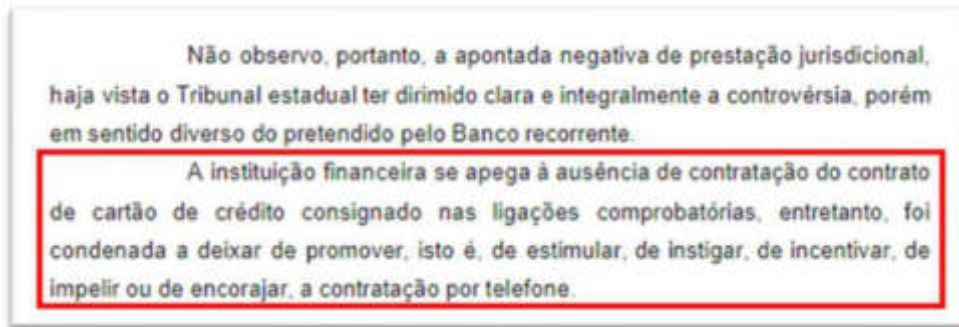
O descumprimento da ordem judicial, por meio da constatação de realização de contrato de cartão de crédito consignado via ligação telefônica, foi reconhecido, expressamente, pela Eg. 11ª Câmara Cível do TJMG, no Agravo de Instrumento nº 1.0024.13.280839-5/008, que recebeu a seguinte ementa:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – ILEGITIMIDADE ATIVA – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA JÁ ANALISADA EM MOMENTO ANTERIOR PELO TJMG – EXCESSO DE EXECUÇÃO – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 523, §1º, do CPC – JUROS DE MORA – CONTADOS DO INADIMPLEMENTO – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO. 1. Ainda que a ilegitimidade ativa seja matéria de ordem pública, já houve a sua análise por este Tribunal em momento oportuno, não sendo possível nova análise nesta instância. Com isso, deve o agravante aguardar o julgamento do recurso interposto perante o STJ, que é o órgão competente para examinar a questão em comento. **2. Uma vez comprovado o descumprimento da decisão/ sentença proferida, é possível o cumprimento provisório, com incidência da multa fixada por ausência de pagamento voluntário.** 3. Os juros de mora de 1% (um por cento) ao mês deverão ser fixados da data do inadimplemento da obrigação. Os juros de mora não devem incidir sobre o valor da multa por descumprimento, evitando-se configurar bis in idem. (Grifo nosso)

No julgamento dos Embargos de Declaração nº 1.0024.13.280839-5/011, foi novamente assentada a ocorrência inequívoca da modalidade de contratação ilícita.

Irresignada com tais decisões, a Instituição Financeira Embargante interpôs recurso especial, processado sob o nº 1.821.765 – MG, o qual foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça, pela Ministra Maria Isabel Gallotti, em 18 de março do ano corrente. A D. Ministra afastou a preliminar de negativa de prestação jurisdicional e julgou os demais temas recursais

prejudicados, assentando, **EXPRESSAMENTE**, que a Instituição Financeira foi condenada a deixar de promover a contratação do cartão de crédito consignado para consumidores idosos via telefone, “**O QUE IMPLICARIA NA PROIBIÇÃO DE ESTIMULAR, DE INSTIGAR, DE INCENTIVAR, DE IMPELIR OU DE ENCORAJAR, A CONTRATAÇÃO PELA VIA TELEFÔNICA**”. Veja-se:



Dessa forma, constata-se que o entendimento do Colendo STJ é no sentido de que a mera oferta do cartão de crédito consignado pelo telefone configura descumprimento da ordem judicial, não apenas porque a fase pré-contratual integra a transação, mas porque representa meio de estimular, induzir ou incentivar a contratação proibida.

Noutro giro, ainda durante a tramitação do recurso especial, considerando a postura do Banco em permanecer realizando a conduta proibida pelo poder judiciário (contratação do cartão de crédito consignado por meio de telefone) o Ilmo. juiz da 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, proferiu decisão interlocutória, às fls. 302/304 dos autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, determinando a majoração da multa diária para o importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), limitando-a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a fim de que o Banco cumpra ordem judicial relativa a abstenção da comercialização de qualquer produto relacionado ao cartão de crédito consignado para idosos, aposentados ou pensionistas, via telefone.

A fim de combater a medida determinada na referida decisão interlocutória, o Banco Embargante aviou o Agravo de Instrumento nº 1.0024.13.280839-5/014, que foi julgado pela 11ª Câmara Cível do TJMG, a qual apenas adequou a periodicidade e o valor da majoração da *astreintes* para o valor de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) por mês, limitada a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A análise coerente e sistemática da situação posta em juízo nos presentes autos – ilicitude do “tele saque” – exige a observância das decisões proferidas nos processos supramencionados, não apenas para considerar a postura criminosa do Banco Embargante, que mesmo diante da proibição judicial da contratação pela via telefônica subsiste no referido *modus operandi*, mas também para ponderar a lesividade dessa modalidade de contratação (via telefone) para o consumidor brasileiro.
AFINAL, SE O STJ DECIDIU QUE O BANCO ESTÁ PROIBIDO DE MERAMENTE INCENTIVAR A CONTRATAÇÃO DO PRODUTO PELO TELEFONE, COMO PODERIA ESTAR AUTORIZADO A DEPOSITAR QUANTIAS NA CONTA DE SEUS CLIENTES, A TÍTULO DE FUNCIONALIDADE EXECUTADA EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DE LIGAÇÃO TELEFÔNICA?

Nesse sentido, há de se observar que a contratação do cartão de crédito consignado e a operação de “tele saque” ocorrem, muitas vezes, simultaneamente, razão pela qual se verifica que ambas as condutas se encontram umbilicalmente ligadas. Isso porque o Banco Embargante insere a contratação do saque na oferta do cartão de crédito consignado, sem que o consumidor tenha anuído a tal operação. Ou seja, tanto o cartão de crédito consignado, quanto o saque são ofertados ao consumidor por meio de ligação telefônica, sendo que o cidadão não anui a nenhuma das propostas. Todavia, dias depois, o cartão de crédito consignado chega à residência do cidadão sem que esse tenha aceitado a oferta. Ato sequente, determinado montante é depositado em sua conta, a título de “tele saque”.

Nesse sentido são as reclamações dos consumidores. Veja-se:

Aduz consumidor que, no dia 23/02/2018, recebeu uma ligação da reclamada na qual atendente oferecia um cartão de crédito. No entanto, consumidor alega não ter aceitado o serviço.

Ocorre que, no dia 28/02/2018, consumidor constatou que caiu em sua conta o valor de R\$ 3.362,05. Então, reclamante entrou em contato com a reclamada para se informar a respeito do citado valor. Assim, foi

A CONSUMIDORA VERA LUCIA DOS SANTOS ALVES, IDOSA, PORTADORA DO CPF 942.951.586-15, RELATA QUE RECEBEU UM DE CARTÃO DE CRÉDITO, FINAL *****9488, QUE NÃO SOLICITOU, EMITIDO PELO BANCO BMG S/A, ORA FORNECEDOR.

RELATA A CONSUMIDORA QUE RECEBEU O CARTÃO DE CRÉDITO, FINAL 52*****9488, QUE FOI ENVIADO PARA SEU ENDEREÇO SEM QUE TIVESSE CONHECIMENTO DO MESMO, E QUE JÁ COMUNICOU AO FORNECEDOR SUA SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO MESMO, POIS NÃO CONCORDA COM ESTA CONTRATAÇÃO.

INFORMA QUE O FORNECEDOR BANCO BMG S.A VEM REALIZANDO OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM SUA CONTA POUPANÇA, NO BANCO ITAU S.A., PORÉM NÃO AUTORIZOU OU MESMO SOLICITOU QUALQUER TIPO DE FINANCIAMENTO OU EMPRÉSTIMO CONSIGNADO JUNTO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

ASSIM TEVE DEPOSITADO EM SUA CONTA O VALOR DE R\$ 3.307,90 (TRÊS MIL TREZENTOS E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), EM 25/05/2018; VALOR QUE FOI DEVOLVIDO, MEDIANTE BOLETO BANCÁRIO, NO DIA 26/05/2018.

Ocorre que dias depois o reclamante consultou sua conta pelo aplicativo da caixa, e constatou que havia sido feito um depósito em sua conta, no valor de R\$5.481,50 no dia 15 de setembro.

O cartão não foi nem ao menos desbloqueado pelo reclamante 5259 **** * 4117.

Corrido alguns dias o Bmg entrou em contato com o consumidor informando que este depósito seria procedimento de aquisição do cartão, e que seria enviado um boleto para o mesmo quitar com o valor exato do depósito, o qual seria R\$5.481,50.

Nestes termos, vê-se que o recurso especial nº 1.821.765/MG, que transitou em julgado no dia 17 de junho do ano corrente, **data posterior à interposição da presente ação**, se trata de fato superveniente que caracteriza questão de **ORDEM PÚBLICA**, consistente no reconhecimento de conexão da presente demanda aos autos do cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, haja vista a necessidade de compatibilizar a decisão do STJ ao objeto do presente feito.

Ademais, observa-se que o **cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024 discute matérias de carga eminentemente cognitiva**, não sendo composto de ações de natureza meramente satisfativa. Isso porque, conforme já explanado, **foi nos autos do cumprimento provisório de sentença que restou delimitada a abrangência da obrigação determinada na ação principal**, consignando-se que a fase pré-contratual (oferta) integra a transação comercial e, portanto, encontra-se abrangida pelo comando judicial, situação que evidencia o caráter cognitivo presente também nessa etapa processual, que se assemelha à liquidação de sentença para identificação precisa do *an debeatur*.

Há de se observar, ainda, que a execução no processo coletivo possui, naturalmente, carga cognitiva, tendo em vista o caráter genérico da decisão coletiva, previsto no art. 95 do CDC⁵, que impõe a necessidade prévia de liquidação.

Salienta-se que a execução provisória foi interposta em razão do não atendimento, pela Instituição Financeira, do comando da sentença exarada na ação coletiva nº 2553508-45.2006.8.13.0024. Nestes termos, foram juntados aos autos diversas provas que demonstram, de forma veemente, o descumprimento do provimento judicial, evidenciando que o Banco efetua integralmente a contratação do cartão de crédito consignado pelo telefone, fato que representa indício incontestável da ilicitude da operação denominada “tele saque”.

Portanto, vê-se que o objeto da presente ação encontra-se umbilicalmente ligado à questão discutida no cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, havendo evidente existência de conexão entre as demandas, nos termos do art. 55, §3º, do CPC, haja vista o risco de decisões conflitantes acerca da ilicitude do uso de ligação telefônica para celebração de operação que envolve a consignação de valores em benefício previdenciário, razão que leva ao não acolhimento dos presentes embargos de declaração.

4. INEXISTÊNCIA DE IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONEXÃO EM RAZÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0000.19.151391-0/001 – NÃO ENFRENTAMENTO DIRETO DA QUESTÃO PELA SEGUNDA INSTÂNCIA E NATUREZA PÚBLICA DA MATÉRIA

Alega o Embargante que a decisão embargada foi omissa, vez que desconsiderou que a alegada conexão já havia sido expressamente rechaçada pelo Eg. Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001.

Tal argumento também não merece prosperar, haja vista que os fundamentos adotados pela 11ª Câmara Cível do E. TJMG para afastar a existência de conexão referem-se ao momento processual do pedido, e não ao mérito da questão.

Isso porque a conexão foi suscitada em segunda instância **somente após o início do julgamento do Recurso**.

Nestes termos, vê-se que o julgamento do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001 se iniciou na sessão realizada em 15.07.2020, momento em que a Turma julgadora rejeitou a

⁵ Art. 95. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

preliminar de litispendência, tendo havido a prolação do voto do Des. Relator negando provimento ao recurso, por entender inexistente nos autos prova segura para a concessão da tutela de urgência pleiteada.

A D. Desembargadora Maria das Graças Rocha Santos, 01ª Vogal, requereu vista do feito, em razão de haver decisão anterior da 11ª Câmara Cível, nos autos dos Agravos de Instrumento nº 1.0024.13.280839-5/008, 1.0024.13.280839-5/014 e 1.0024.13.280839-5/016, na qual se reconhece que o Banco comercializa integralmente o cartão de crédito consignado a consumidores idosos, via telefone, em desrespeito à decisão judicial proferida na ação civil pública nº 2553508-45.2006.8.13.0024, ao art. 3º, III, da instrução normativa nº 28 do INSS e ao direito à informação (artigos 6º, III; 30 e 31, 52 e 54, §4º do Código de Defesa do Consumidor).

Em razão do pedido de vista, o julgamento foi adiado para a sessão do dia 22.07.2020.

No dia 21.07.2020, o Instituto Defesa Coletiva apresentou aos autos a petição de ordem nº 224, requerendo o reconhecimento da conexão do presente feito aos autos do cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, com o consequente reconhecimento da prevenção da Relatoria da Des. Shirley Fenzi Bertão para o processamento e julgamento do recurso.

O d. Des. Relator rejeitou o pedido de conexão aviado, no despacho de ordem nº 228, sob o argumento de que a alegada **prevenção não afastaria a possibilidade de julgamento do recurso, uma vez que a análise da Turma Julgadora já teria se iniciado**, bem como que eventual similaridade entre os feitos já teria sido analisada e rechaçada no julgamento da preliminar de litispendência.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração pelo ora Embargado, os quais foram rejeitados pela turma julgadora.

Observa-se, dessa forma, que a 11ª Câmara Cível do TJMG rejeitou o pedido de conexão dos feitos considerando o momento em que fora efetuado, posto que já havia se iniciado o julgamento do recurso, de modo que a discussão em segunda instância envolveu mais a questão do momento processual de arguição da conexão do que o mérito da matéria propriamente dito.

Ademais, a existência de conexão entre autos pode ser declarada até mesmo de ofício, não competindo ao autor ou ao réu aceitar ou não o mencionado fenômeno processual de modificação da competência para apreciar a causa.

Portanto, o julgamento do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001 em nada impede o reconhecimento da conexão por esse d. juízo, seja porque a matéria foi rejeitada em segunda instância em razão do momento processual de realização do requerimento relativo ao reconhecimento da conexão, seja porque se trata de matéria pública, que pode ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição.

5. PEDIDOS

Nestes termos, roga pelo recebimento da presente resposta, requerendo o **NÃO ACOLHIMENTO** dos presentes embargos declaratórios, face à inexistência das omissões alegadas pela parte Embargante.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.

Lillian Jorge Salgado
OAB/MG 84.841

Tamara Camarano Ruhas
OAB/MG 188.035



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO: [Empréstimo consignado, Cartão de Crédito]

AUTOR: INSTITUTO DEFESA COLETIVA e outros

RÉU: BANCO BMG S/A

SENTENÇA

Vistos, etc.

O banco réu opôs, no ID 1377289833, **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** contra a decisão de ID 1019914881, a qual, por sua vez, reconheceu a conexão entre estes autos e os de n. 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento provisório de sentença) e, em consequência, declinou da competência para o juízo da 29ª Vara Cível desta Comarca.

Em síntese, afirmou que a decisão é nula, por não ter lhe intimado para se manifestar previamente sobre a conexão, violando, diante disso, o princípio da não surpresa. Aduz que a decisão é omissa por não ter se manifestado sobre a inexistência de conexão entre os feitos. Para tanto, alega que os objetos de ambas as ações são distintos e que a única influência deste processo naquele seria a incidência ou majoração de astreintes. Defende que eventual conexão seria entre estes autos e os de n. 0024.06.255.350-8, que deram ensejo ao mencionado cumprimento provisório de sentença, mas que tal feito já se encontra em fase distinta, obstaculizando a reunião processual. Asseveram que a decisão é omissa em relação ao conteúdo da decisão proferida nos embargos de declaração 1.0000.19.151391-0/004, no qual o Eg. TJMG teria rechaçado a conexão entre os processos.

A Defensoria Pública se manifestou no ID 14481129927. Em resumo, alegou que, apesar da parte ré não ter sido realmente intimada para se manifestar sobre a conexão, atravessou petição nos autos após a alegação dela, oportunidade em que teve ciência do requerimento de conexão. Afirma que o reconhecimento da conexão não lhe trouxe prejuízo. Sustenta que os processos 0024.06.255.350-8 e 2808395-48.2013.8.13.0024 estariam em fase de virtualização, perante a 29ª vara cível, o que possibilitaria a reunião destes autos com quaisquer deles. Argumenta que, nos autos 0024.13.280.839-5, foi consignado pela 11ª Câmara Cível do Eg. TJMG ordem de suspensão de comercialização de qualquer produto relacionado a cartão de crédito consignado para limitar a determinação apenas "por telefone e aos idosos" e que, na inicial deste processo, foi mencionado que o produto estaria sendo oferecido por telefone a aposentados e pensionistas.

O Instituto de Defesa Coletiva se manifestou no ID 1593864851. Aduziu que não há nulidade na decisão embargada, porque o banco réu teria se manifestado nos autos posteriormente ao requerimento de reconhecimento da conexão. Aponta a existência de conexão entre os processos e aduz que o julgamento do agravo de instrumento não impede o reconhecimento da conexão, porque não enfrentou a questão no mérito.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. **DECIDO.**

Como se sabe, os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão judicial estiver inquinada

de um dos vícios previstos no art. 1022 do CPC, a saber, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à suposta nulidade processual, ressalto, antes de mais nada, que os embargos de declaração não consistem no meio adequado para a sua alegação.

Ainda que assim não fosse, entendo que não há qualquer nulidade a ser sanada.

Em primeiro lugar porque, de fato, verifico que a parte ré se manifestou nos autos posteriormente à alegação de conexão.

A reunião processual foi requerida na petição de ID 373453396, protocolizada em 18.08.2020.

Logo após, em 24.08.2020, o réu se manifestou nos autos, por meio da petição de ID 431973578.

Não bastasse, é certo que somente se reconhece nulidade quando houver prejuízo, o que sequer foi alegado pela parte ré.

Assim, afasto a alegada nulidade.

Quanto à existência, ou não, de conexão, entendo que não há nenhuma omissão a ser sanada.

A decisão embargada analisou minuciosamente as razões pelas quais entende haver conexão e a presença dos requisitos do art. 55 do CPC.

Manifestou-se, inclusive, sobre a possibilidade de reunião de processos que se encontram em fases distintas.

Ressalto que, tal como mencionado no próprio acórdão dos embargos de declaração apontados pela parte ré, eventual *error in iudicando* deve ser apontado pelo meio processual cabível.

O que se observa, em verdade, é que, a todo momento, o embargante rediscute o teor da decisão, o que não é possível pela via dos embargos de declaração, os quais, como se sabe, não consistem em sucedâneo recursal.

Diante disso, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Aguarde-se o decurso do prazo recursal e, após, cumpra-se a decisão, no que couber.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2021

Pedro Cândido Fiúza Neto

Juiz de Direito

BELO HORIZONTE, data da assinatura eletrônica.

PEDRO CANDIDO FIUZA NETO

Juiz(íza) de Direito

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007



2021002419572

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV

Nº 1.0000.19.151391-0/007

AGRAVANTE(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

11ª CÂMARA CÍVEL

BELO HORIZONTE

BMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS

GERAIS

INSTITUTO DEFESA COLETIVA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo **BANCO BMG S/A**, em face da decisão, ordem 8 e 9 (rejeição dos embargos aclaratórios opostos pela parte agravante), proferida pelo MM. Juiz de Direito, Pedro Candido Fiuza Neto, da 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, que nos autos da **"AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO"**, proposta pelos agravados, **DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS** e **INSTITUTO DEFESA COLETIVA**, em desfavor do recorrente, declinou a competência para o Juízo da 29ª Vara Cível da Capital, para processamento e julgamento da demanda originária em conjunto com o feito de nº. 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento de sentença) que ainda está em trâmite:

"Por meio da presente ação, a parte autora continua sustentando a irregularidade da prática do réu consistente na operação de telesaque, via telefone, obviamente.

Trata-se de saque vinculado a cartão de crédito consignado.

Diante desse quadro e da aludida recente decisão do STJ, proferida posteriormente ao ajuizamento desta ação, os autores pleiteiam a remessa destes autos ao juízo da 29ª Vara Cível, a fim de que se evitem decisões conflitantes, argumentando que, além das partes, os objetos das demandas também são semelhantes.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Ademais, sustentam que, em última análise, o que se discute no presente feito e no supramencionado cumprimento de sentença é a regularidade da contratação por telefone, especialmente de empréstimo e cartão de crédito consignado.

Pois bem.

A conexão de ações caracteriza hipótese de modificação da competência do juízo prevista no art. 55 do CPC/15 nos seguintes termos:

[...]

Sobre o assunto ensina Sandro Gilbert Martins que "a expressão conexão dá ideia de enlace ou ligação de uma coisa com outra. Nexa, relação de dependência, analogia entre coisas diversas".

No presente caso, há de se reconhecer que a prática discutida nestes é uma subespécie daquela tratada no processo que tramita perante a 29ª Vara Cível, vez que, apesar de terem nomenclaturas diferentes, questionam, em suma, a legalidade da prática de oferta de crédito pelo Banco BMG S/A via ligação telefônica.

Como visto, para estes casos, o art. 55, § 1º, do CPC/15, dispõe que as ações conexas serão reunidas para decisão conjunta.

Neste ponto, vale lembrar que a Súmula 235 do STJ é clara ao enunciar que a conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado.

Inobstante isso, o próprio CPC/15 autoriza a reunião de processos que não são conexos quando houver risco de prolatação de decisões conflitantes ou contraditórias, a chamada "conexão por prejudicialidade", que do meu ponto de vista é o caso. Outrossim, a jurisprudência tem decidido no sentido de ser possível a conexão entre um processo em fase cognitiva e um de execução, quando se observar entre eles a citada prejudicialidade, sujeitando-os a uma análise conjunta, salvo quando a competência for absoluta (o que não ocorre no caso vertente).

Nesse sentido, entendo ser o caso de reconhecimento da conexão porquanto a análise da presente Ação Coletiva requer a observância das decisões proferidas no mencionado cumprimento de sentença, a fim de se evitar decisões conflitantes, considerando a similitude em ambos os casos do *modus operandi* efetivado pela ré via ligação telefônica.

[...]

Ademais disso, o *i. parquet* se manifestou nesse mesmo sentido (ID 965079819 – 1.388/1.389).

Face ao exposto, **DECLINO A COMPETÊNCIA para o Juízo da 29ª Vara Cível desta Capital, para processamento e julgamento da presente**



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

demanda conjuntamente com o feito de nº 2808395-48.2013.8.13.0024 que ainda está em trâmite.

P. I. C.

[...]

Vistos, etc.

O banco réu opôs, no ID 1377289833, **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** contra a decisão de ID 1019914881, a qual, por sua vez, reconheceu a conexão entre estes autos e os de n. 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento provisório de sentença) e, em consequência, declinou da competência para o juízo da 29ª Vara Cível desta Comarca.

Em síntese, afirmou que a decisão é nula, por não ter lhe intimado para se manifestar previamente sobre a conexão, violando, diante disso, o princípio da não surpresa. Aduz que a decisão é omissa por não ter se manifestado sobre a inexistência de conexão entre os feitos. Para tanto, alega que os objetos de ambas as ações são distintos e que a única influência deste processo naquele seria a incidência ou majoração de astreintes. Defende que eventual conexão seria entre estes autos e os de n. 0024.06.255.350-8, que deram ensejo ao mencionado cumprimento provisório de sentença, mas que tal feito já se encontra em fase distinta, obstaculizando a reunião processual. Asseveram que a decisão é omissa em relação ao conteúdo da decisão proferida nos embargos de declaração 1.0000.19.151391-0/004, no qual o Eg. TJMG teria rechaçado a conexão entre os processos. A Defensoria Pública se manifestou no ID 14481129927. Em resumo, alegou que, apesar da parte ré não ter sido realmente intimada para se manifestar sobre a conexão, atravessou petição nos autos após a alegação dela, oportunidade em que teve ciência do requerimento de conexão. Afirma que o reconhecimento da conexão não lhe trouxe prejuízo. Sustenta que os processos 0024.06.255.350-8 e 2808395-48.2013.8.13.0024 estariam em fase de virtualização, perante a 29ª vara cível, o que possibilitaria a reunião destes autos com quaisquer deles. Argumenta que, nos autos 0024.13.280.839-5, foi consignado pela 11ª Câmara Cível do Eg. TJMG ordem de suspensão de comercialização de qualquer produto relacionado a cartão de crédito consignado para limitar a determinação apenas "por telefone e aos idosos" e que, na inicial deste processo, foi mencionado que o produto estaria sendo oferecido por telefone a aposentados e pensionistas.

O Instituto de Defesa Coletiva se manifestou no ID 1593864851. Aduziu que não há nulidade na decisão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

embargada, porque o banco réu teria se manifestado nos autos posteriormente ao requerimento de reconhecimento da conexão. Aponta a existência de conexão entre os processos e aduz que o julgamento do agravo de instrumento não impede o reconhecimento da conexão, porque não enfrentou a questão no mérito.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. **DECIDO.**

Como se sabe, os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão judicial estiver inquinada de um dos vícios previstos no art. 1022 do CPC, a saber, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à suposta nulidade processual, ressalto, antes de mais nada, que os embargos de declaração não consistem no meio adequado para a sua alegação.

Ainda que assim não fosse, entendo que não há qualquer nulidade a ser sanada.

Em primeiro lugar porque, de fato, verifico que a parte ré se manifestou nos autos posteriormente à alegação de conexão.

A reunião processual foi requerida na petição de ID 373453396, protocolizada em 18.08.2020.

Logo após, em 24.08.2020, o réu se manifestou nos autos, por meio da petição de ID 431973578.

Não bastasse, é certo que somente se reconhece nulidade quando houver prejuízo, o que sequer foi alegado pela parte ré.

Assim, afasto a alegada nulidade.

Quanto à existência, ou não, de conexão, entendo que não há nenhuma omissão a ser sanada.

A decisão embargada analisou minuciosamente as razões pelas quais entende haver conexão e a presença dos requisitos do art. 55 do CPC.

Manifestou-se, inclusive, sobre a possibilidade de reunião de processos que se encontram em fases distintas.

Ressalto que, tal como mencionado no próprio acórdão dos embargos de declaração apontados pela parte ré, eventual error in iudicando deve ser apontado pelo meio processual cabível.

O que se observa, em verdade, é que, a todo momento, o embargante rediscute o teor da decisão, o que não é possível pela via dos embargos que declaração, os quais, como se sabe, não consistem em sucedâneo recursal.

Diante disso, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Aguarde-se o decurso do prazo recursal e, após, cumpra-se a decisão, no que couber. [...]"



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Inconformado e, em suas razões, ordem 1, o recorrente, quanto à admissibilidade do agravo de instrumento, diz que a questão devolvida no presente recurso deve ser analisada imediatamente pelo Tribunal, sob pena de se admitir o processamento, instrução probatória e julgamento da Ação Coletiva de origem por juízo incompetente, certo que a conexão reconhecida pelo Juízo de primeiro grau não possui fundamento na realidade dos autos e será certamente afastada por este Tribunal, como já feito em sede de outro agravo de instrumento (autos nº. 1513928-43.2019.8.13.0000).

No que se refere ao mérito recursal, argumenta que diferentemente do anotado na decisão recorrida, o tele saque não é subespécie de contrato de cartão de crédito consignado, não sendo comercializado de forma independente pela instituição financeira recorrente. Em verdade, ele é uma funcionalidade do cartão de crédito consignado que é contratado presencialmente ou por intermédio de assinatura eletrônica.

Defende, por isso, que a contratação do cartão com a função tele saque não se dá via telefone e que as decisões de um feito em nada interferem no outro – “[...] Não há, nesse contexto, qualquer elemento que justifique a conexão, nos termos do art. 55, §1º do CPC/15, para a qual se faz necessária a identidade de causa de pedir ou de objeto. [...]”.

Sustenta que a “[...] argumentação apresentada pelo d. Relator para afastar a conexão entre o agravo de instrumento nº 1513928-43.2019.8.13.0000 e o agravo nº 1.0024.13.280839-5/014 deveria ter sido aplicada, *mutatis mutandis*, pelo juízo a quo para indeferir o pedido de conexão formulado pelos ora agravados nos autos de origem. [...]”.

Sob referidos fundamentos, pede a concessão do efeito suspensivo e, no mérito, o provimento do recurso, reformando-se a decisão agravada para afastar a ocorrência de conexão entre a ação



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

de origem de nº. 5154588-04.2019.8.13.0024 e o cumprimento de sentença de nº. 808395-48.2013.8.13.002, reconhecendo-se a competência do juízo da 6ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG para processamento do feito originário. Ou, sucessivamente, que seja reconhecida a nulidade da decisão agravada por ausência de intimação da recorrente para impugnar o pedido de conexão formulado pela parte autora/agravada, devendo a questão retornar à origem para que seja sanada a irregularidade processual.

Preparo recursal regular, ordem 2/3.

É o relatório.

Decido.

Ressalto que o Relator deste recurso é o Eminentíssimo Desembargador Adriano de Mesquita Carneiro.

Entretanto, considerando que Sua Excelência se encontra legalmente afastado de suas funções, nos termos do artigo 79, §5º, do RITJMG, os autos me vieram conclusos para exame de eventuais medidas urgentes.

Vejamos.

O Relator poderá imprimir efeito suspensivo ao agravo ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, desde que a decisão impugnada possa resultar, ao mesmo tempo, risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e restar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso (artigo 1.019, inciso I, e artigo 995, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015).

Na lição de Luiz Guilherme Marinoni, in Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p.929:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

"A suspensão da decisão recorrida por força de decisão judicial está subordinada à demonstração da probabilidade de provimento do recurso (probabilidade do direito alegado no recurso, o *fumus boni iuris* recursal) e do perigo na demora (*periculum in mora*). [...] O que interessa para a concessão de efeito suspensivo, além da probabilidade de provimento recursal, é a existência de perigo na demora na obtenção do provimento recursal."

A parte recorrente busca, com a interposição deste recurso, a reforma da decisão agravada, para que seja afastada a ocorrência de conexão entre a ação de origem de nº. 5154588-04.2019.8.13.0024 e o cumprimento de sentença de nº. 2808395-48.2013.8.13.0024, reconhecendo-se a competência do juízo da 6ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG para processamento do feito originário.

Na hipótese, ao menos em sede de cognição sumária, reputam-se **presentes** os referidos requisitos.

Isso porque em recurso anterior, autos de nº. 1.0000.19.151391-0/001 e 1.0000.19.151391-0/004 (embargos declaratórios) – 11ª Câmara, restou consignado que o objeto e a causa de pedir das ações são distintos e que por isso não seria possível o reconhecimento da conexão – autos nº. 1.0024.13.280839-5/014 e sequencial 016/cumprimento provisório de sentença).

Assim, embora a questão seja controvertida e demande uma melhor análise, é possível verificar que à parte recorrente assiste certa razão.

Além disso, o envio precoce dos autos para o Juízo da 29ª Vara Cível da Capital poderia ocasionar uma série de atos processuais desnecessários – risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação.

Em respeito à economia processual, até que se resolva a questão da competência, entendo que **deve ser concedido o efeito suspensivo almejado**.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Sucede ser necessário aguardar a formação do contraditório nesta instância recursal para que os fatos sejam melhores esclarecidos preservando-se, também, o julgamento do recurso pela Turma Julgadora, atentando-se para o princípio da colegialidade em garantia ao juízo natural dos recursos.

Diante do exposto, **DEFIRO EFEITO SUSPENSIVO** ao recurso, de modo a suspender a eficácia da decisão impugnada.

Oficie-se ao Juízo de primeiro grau, requisitando informação acerca da retratação da decisão agravada (artigo 1.018, §1º, do CPC/2015).

Intime-se a parte agravada, na forma e para os fins previstos no artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.

No mais, as questões atinentes ao conhecimento do recurso serão apreciadas no corpo do acórdão pelo Relator prevento.

Após, ao Relator (artigo 79, § 6º, do RITJMG).

I.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2021.

DES. FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ, Certificado:

700A98777F4B4C66C127064D95640093, Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021 às 10:27:03.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 1000019151391000720212419572

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2021

Referência:
Agravado instrumento n. 1.0000.19.151391-0/307
Processo n. 5154568-04.2019.8.13.0024

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Ao cumprimentá-lo cordial e respeitosamente, venho prestar as informações solicitadas no bojo do agravo de instrumento interposto pelo **Banco BMG S/A**, contra decisão que, nos autos do processo em epígrafe, declinou da competência em favor do juízo da 29ª Vara Cível desta Comarca, em razão de conexão.

Relativamente às disposições do art. 1.018 do CPC, ressalto que a parte não comunicou, nos autos de origem, a interposição recursal.

Entretanto, destaco que o processo tramita eletronicamente, tornando facultativa a observância do dispositivo supra.

Apesar disso, não vislumbrei razões de fato e de direito capazes de alterar o teor da decisão, que fica, portanto, mantida pelos próprios fundamentos.

A decisão foi proferida em 23.10.2020, tendo sido rejeitados, em 23.06.21, os embargos de declaração opostos contra o decisum.

Informo que, em cumprimento à decisão, os autos foram remetidos ao referido juízo, para onde oficiarei, nesta data, comunicando acerca da concessão, por Vossa Excelência, de efeito suspensivo ao recurso.

São essas as informações que entendi pertinentes para a satisfação do despacho proferido por Vossa Excelência, sendo certo que, em sendo o caso, novas informações serão repassadas imediatamente.

Renovo os protestos de consideração e apreço.
Respeitosamente

Pedro Cândido Fátima Neto
Juiz de Direito

Excelentíssimo Senhor Relator
DD. Desembargador da 11ª Câmara Cível do TJMG

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS.

PROCESSO Nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

INSTITUTO DEFESA COLETIVA, já devidamente qualificado nos autos da ação civil pública ajuizada em face de **BANCO BMG S/A**, vem, respeitosamente, perante V. Exa., por meio de suas procuradoras que a esta subscrevem, **requerer a juntada** do ofício recebido da 35ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória- ES.

No bojo do ofício é informado que a narrativa trazida no documento anexo a ele (uma sentença) tem sido encaminhada ao Ministério Público do Espírito Santo com um alto índice de reincidência e que o órgão vislumbra indícios de lesão ou ameaça de lesão ao interesse metaindividual do consumidor.

O documento anexo ao ofício refere-se a uma sentença individual proferida pelo Juízo de Serra - Comarca da Capital - 4º Juizado Especial Cível em uma Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais movida por Ana Carolina Macedo Laurindo em face do Banco BMG S/A (mesmo réu desta ação).

Infere-se da sentença que no referido processo restou claro que o banco réu formalizou contrato de empréstimo consignado no valor de R\$ 2.229,53 (dois mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), sem a efetiva contratação por parte da consumidora.

Na decisão, o magistrado reconheceu a existência de contratação por meio de fraude de terceiro, pois a assinatura lançada no instrumento de contrato se mostrou divergente da rubrica lançada pela consumidora nos documentos pessoais e procuração outorgada. Ponderou também, o julgador, que o fato de **o banco réu ter emitido boleto de restituição para a consumidora importou em confissão tácita, pois se a contratação tivesse sido regular o réu não teria aceitado o recebimento do valor depositado.**

Em virtude disso, declarou a inexistência do negócio jurídico, a inexigibilidade do crédito e condenou o banco réu ao pagamento de repetição em dobro dos valores cobrados indevidamente e ao pagamento de danos morais em favor da consumidora.

A conduta narrada, objeto do ofício enviado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, é a mesma descrita nesta ação civil pública, consistente na prática do telessaque, onde o banco réu tem formalizado centenas de empréstimos consignados sem autorização expressa e inequívoca dos consumidores.

Ressalta-se que o referido documento demonstra a gravidade e amplitude da prática abusiva cometida pela instituição financeira ré, bem como evidencia a necessidade de coibição judicial da conduta, a fim de resguardar os direitos dos consumidores hipossuficientes, pois se tivesse decisão liminar em vigor, possivelmente a referida consumidora não precisaria ter passado por essa situação.

Assim, requer a juntada do referido ofício, o qual goza de fé pública, para comprovar a prática ilícita reiterada pelo banco réu e fornecer subsídios para Vossa Excelência no momento de valorar a conduta perpetrada pela instituição financeira ré.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Belo Horizonte- MG, 24 de agosto de 2021.

Lillian Jorge Salgado
OAB/MG 84.841

Camila Oliveira Souza
OAB/MG 201.543



EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – RELAÇÃO DE CONSUMO – SERVIÇOS BANCÁRIOS – TELE SAQUE – DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA – HIPÓTESE DE CABIMENTO – TAXATIVIDADE MITIGADA DO ROL DO ART. 1.015, DO CPC – CONEXÃO – MATÉRIA JÁ DECIDIDA – PRECLUSÃO *PRO JUDICATO* – REFORMA DA DECISÃO – NECESSIDADE. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1696396/MT, fixou a tese de que as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento podem ser mitigadas quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. No REsp nº 1679909/RS restou estabelecido, especificamente, como cabível a interposição de agravo contra a decisão relativa à competência do juízo. Cediço que os pronunciamentos judiciais estão sujeitos aos efeitos da preclusão consumativa tanto quanto as outras espécies de atos processuais. Havendo decisão anterior do Tribunal afastando a conexão, é defeso ao Magistrado ir de encontro ao que já restou decidido, porquanto o tema restou abrigado sob o manto da preclusão *pro judicato*.

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV Nº 1.0000.19.151391-0/007 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): BMG - AGRAVADO(A)(S): DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, INSTITUTO DEFESA COLETIVA

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 11ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em, à unanimidade, **REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRAMINUTA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO.**

DES. ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO
RELATOR



DES. ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO (RELATOR)

V O T O

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo **BANCO BMG S.A.**, contra decisão proferida pelo MM. Juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, nos autos da ação civil pública ajuizada pela **DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS** e **INSTITUTO DEFESA COLETIVA**.

O juízo *a quo*, à ordem nº 253, declinou da competência para o Juízo da 29ª Vara Cível, para processamento e julgamento da demanda conjuntamente com o feito de nº 2808395-48.2013.8.13.0024 que ainda está em trâmite.

Em suas razões recursais o agravante alega, em síntese, que a decisão agravada contrariou a orientação já assentada pelo TJMG no julgamento do agravo de instrumento 1513928-43.2019.8.13.0000 que afastou a conexão com o feito 2808395-48.2013.8.13.0024.

Afirma que o trânsito em julgado da decisão do AREsp 1.821.765/MG mencionada pelos ora agravados como “fato superveniente”, não tem qualquer impacto na solução do presente feito e não poderia ser utilizada para justificar a formulação do pedido de conexão após o julgamento do recurso.

Invoca o enunciado da Súmula 235, do STJ, dizendo, ainda, que se houvesse conexão esta seria em relação à ação civil pública nº 0024.06.255350-8 que deu origem ao cumprimento de sentença mencionado.

Argumenta que a decisão agravada foi verdadeira *decisão surpresa*, vedada pelo ordenamento jurídico por importar violação ao princípio do contraditório.



Tece considerações a respeito dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo e pugna, ao final, pelo provimento do recurso para reformar a decisão agravada para (i) afastar a ocorrência de conexão entre a ACP nº 5154588-04.2019.8.13.0024 e o cumprimento de sentença nº 808395-48.2013.8.13.0024; e (ii) via de consequência, assentar a competência do juízo da 6ª Vara Cível da Capital para processamento do feito de origem.

Alternativamente, requer seja reconhecida a nulidade da decisão recorrida por ausência de intimação do agravante para impugnar o pedido de conexão formulado pela parte autora/agravada, devendo a questão retornar à origem para que seja sanada a irregularidade processual permitindo ao Banco BMG ampla manifestação sobre a matéria.

Distribuído o recurso ao e. Des. Fabiano Rubinger de Queiroz, em razão de meu afastamento (artigo 79, §5º, do RITJMG), o pedido de concessão de efeito suspensivo foi por ele deferido através da decisão de ordem nº 270.

À ordem nº 272 a parte agravada apresentou suas contrarrazões suscitando preliminar de não conhecimento do recurso.

Intimado o agravante acerca da preliminar arguida pela parte agravada, manifestou-se a respeito à ordem nº 275.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de ordem nº 277, opina pelo não conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento.

Do necessário, é o relatório.

O agravo de instrumento foi interposto tempestivamente, e o agravante, tendo recolhido o preparo, cumpriu as exigências dos art. 1.016 e 1.017, do CPC.

Lado outro, no que tange à preliminar suscitada em contraminuta, apesar de não encontrar previsão expressa no rol do art.



1.015, do CPC, entendo que o presente agravo de instrumento é cabível.

Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, entendeu que o rol do artigo supramencionado apresenta taxatividade mitigada – Resp. 1.696.396 e REsp. 1.704.520.

A Ministra Nancy Andrighi coligiu em seu voto:

“(...) o rol do artigo 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação (...) a taxatividade do artigo 1.015 é incapaz de tutelar adequadamente todas as questões em que pronunciamentos judiciais poderão causar sérios prejuízos e que, por isso, deverão ser imediatamente reexaminadas pelo segundo grau de jurisdição.”

Depreende-se, portanto, que o recurso de agravo de instrumento, apesar de não mais ser cabível contra qualquer decisão interlocutória, o é, em casos excepcionais, desde que preenchido o requisito urgência.

Nesse sentido, reputo que o trâmite e julgamento do feito por Juízo diverso do que foi o feito inicialmente distribuído causaria prejuízos às partes envolvidas na lide, de modo a se admitir a recorribilidade imediata das decisões que versam sobre competência.

De se salientar que o Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento do RESP 1679909/RS, concebeu que, apesar de não haver previsão expressa no rol do art. 1.015, do CPC/15, acerca das decisões interlocutórias relativas a declínio de competência, por interpretação analógica ou extensiva do disposto no inciso III, do dispositivo em questão, essas continuam desafiando o recurso de agravo de instrumento.



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.151391-0/007

Destarte, **REJEITO A PRELIMINAR** e, em contrapartida, **CONHEÇO DO RECURSO**, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.

A controvérsia recursal diz respeito ao declínio de competência para processamento e julgamento do feito de origem 5154588-04.2019.8.13.0024 em razão do reconhecimento da conexão dessa demanda com o cumprimento de sentença de nº 2808395-48.2013.8.13.0024 pelo i. Magistrado de Primeiro Grau.

Pois bem.

Não obstante a fundamentação lançada na decisão agravada, **a questão acerca da conexão dos feitos foi decidida por este e. Tribunal de Justiça no julgamento do agravo de instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001**, julgado em 23/07/2020, cujo acórdão foi integrado pela decisão dos embargos de declaração de nº 1.0000.19.151391-0/004, julgado em 14/10/2020.

Na decisão dos embargos declaratórios foi consignado que:

“Nesse enfoque, se insurgem os embargantes, primeiramente, contra o despacho de evento nº 228, **(ordem nº 229)**, proferido por este Relator nos autos do agravo de instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001, em razão da provocação da parte embargante juntada à ordem nº 225, em que defende a necessidade de reconhecimento da conexão entre esta ação com a de nº 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento provisório de sentença), e, conseqüentemente, a prevenção da Relatora Des. Shirley Fenzi Bertão.

O citado despacho foi produzido após iniciado o julgamento do recurso na sessão realizada em 15/07/2020, e possui o seguinte teor: “Ciente da petição de ordem nº 225 na qual o **INSTITUTO DE DEFESA COLETIVA** requer o reconhecimento da conexão deste feito com o processo nº 1.0024.13.280839-5/016.

Entretanto, tal manifestação protocolizada em 21/07/2020 não afasta a possibilidade de julgamento do presente recurso, uma vez que o julgamento já se iniciou, bem como que eventual similaridade entre as



pretensões desta ação com aquela já foram analisadas e rechaçadas no julgamento da preliminar de litispendência, institutos intrinsicamente ligados.”

(...)

Defende que a conexão foi por ela suscitada em razão do trânsito em julgado do REsp nº 1.821.765 – MG, que se operou no dia 17 de junho do ano corrente, sendo este, na concepção da parte embargante, o fato superveniente apto a atrair a aplicação da previsão contida no citado dispositivo.

Pois bem.

Em que pesem as ponderações da parte embargante, não vejo o fato alegado como suficiente para afastar o julgamento do recurso por esta Turma Julgadora que, inclusive, já havia se iniciado. Primeiro porque a decisão produzida no REsp nº 1.821.765 em nada afeta a decisão proferida nos presentes autos, já que o recurso especial diz respeito ao cumprimento provisório de sentença.

É dizer que, se houvesse qualquer relação de prejudicialidade entre as ações ou a possibilidade de decisões conflitantes, estas estariam relacionadas aos autos da Ação Civil Pública de nº 1.0024.06.255350-8 e não do cumprimento provisório de sentença (1.0024.13.280839-5/014 e sequencial 016) que apenas trata do descumprimento da decisão judicial prolatada nos autos da referida ação civil pública, bem como da aplicação da multa cominatória.

(...)

E ainda sobre a pretensão de conexão, preceitua o art. 55, do CPC, que esta ocorre quando as causas tiverem comum o pedido ou a causa de pedir.

Por sua vez, o § 3º, do citado artigo, ainda dispõe que: *“serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles”*.

No caso, na análise da preliminar de litispendência restou consignado no acórdão embargado que: “Nesse norte, constata-se que nos autos da ação civil pública nº 0024.06.244350-8, objetivou-se afastar as



abusividades decorrentes da contratação, por telefone, com os consumidores idosos referente ao produto “cartão de crédito BMG MASTER”.

Na referida ação que se encontra na pendência de julgamento de recurso pelo STJ, discutiu o oferecimento de cartão de crédito aos aposentados e pensionistas, com limite de crédito até 02 (duas) vezes o valor do benefício, mediante desconto direto neste, sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito e, com taxas de juros de 2,85% ao mês, além da publicidade veiculada para a aquisição do referido cartão.

A seu turno, a presente demanda visa tutelar os direitos dos consumidores que tiveram, em tese, descontos indevidos em seus benefícios decorrentes da operação TELE SAQUE, sem o devido consentimento esclarecido do consumidor, de modo que, embora possuam pontos de contato, ou seja, a contratação de serviços por telefone, as demandas são distintas, portanto, de rigor a rejeição da preliminar.

Logo, não vejo como possível reconhecer a conexão, porquanto se observa que o objeto e a causa de pedir das ações são distintos.

Ademais, conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, na Súmula nº 253: “*A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.*”, condição esta que, no muito, reclamaria a observância da coisa julgada.

Assim, afastada a possibilidade de conexão, não há qualquer razão para se aplicar a regra disposta no art. 79, do RITJMG e, consequentemente, o reconhecimento da nulidade do acórdão proferido.

(...)

Diante do exposto, **ACOLHO EM PARTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, sem efeitos infringentes**, para apenas suprir a obscuridade referente à pretensão de reconhecimento de conexão.”

Com efeito, os pronunciamentos judiciais estão sujeitos aos efeitos da preclusão consumativa tanto quanto as outras espécies de



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.151391-0/007

atos processuais. Assim, se não é lícito às partes praticar novamente um ato processual já praticado, também o juiz não pode fazê-lo.

A respeito do tema, oportuno trazer a baila a precisa lição de Daniel Amorim Assumpção Neves:

Segundo a melhor doutrina, o processo, para atingir a sua finalidade de atuação da vontade concreta da lei, deve ter um desenvolvimento ordenado, coerente e regular, assegurando a certeza e a estabilidade das situações processuais, sob pena de retrocessos e contramarchas desnecessárias e onerosas que colocariam em risco não só os interesses das partes em litígio, mas, principalmente, a majestade da atividade jurisdicional.

Não há dúvida de que a preclusão é instrumento para evitar abusos e retrocessos e prestigiar a entrega de prestação jurisdicional de boa qualidade. **A preclusão atua em prol do processo, da própria prestação jurisdicional, não havendo qualquer motivo para que o juiz não sofra seus efeitos, pelo menos na maioria das situações.**

Tradicionalmente a preclusão é classificada em três espécies: a consumativa, a lógica e a temporal.

A preclusão consumativa se verifica sempre que realizado o ato processual. Dessa forma, somente haverá oportunidade para realização do ato uma vez no processo e, sendo esse consumado, não poderá o interessado realizá-lo novamente e tampouco complementá-lo ou emendá-lo. Essa espécie de preclusão não se preocupa com a qualidade do ato processual, limitando-se a impedir a prática de ato já praticado, ainda que de forma incompleta ou viciada. (Manual de direito processual civil – Volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves – 8. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016. p.363/364.) Destacou-se

Tais considerações conduzem à inarredável conclusão de que na hipótese retratada nos autos era defeso ao i. Magistrado singular ir de encontro às decisões proferidas nos autos do agravo de instrumento 1.0000.19.151391-0/001 e nos embargos de declaração nº



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.151391-0/007

1.0000.19.151391-0/004, porquanto abrigado sob o manto da preclusão *pro judicato*.

Logo, visto sob todos os ângulos, o recurso merece o provimento esperado para reformar a decisão agravada, ficando prejudicada a pretensão alternativa de nulidade por ofensa ao princípio da não surpresa.

Diante do exposto, **REJEITO A PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRAMINUTA E DOU PROVIMENTO AO RECURSO** para reformar a decisão agravada que reconheceu a conexão da ação de origem nº 5154588-04.2019.8.13.0024 com o cumprimento de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

Custas, *ex lege*.

É como voto.

DES. FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MARCOS LINCOLN - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "À UNANIMIDADE, REJEITARAM A PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRAMINUTA E DERAM PROVIMENTO AO RECURSO"



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.151391-0/007



2021002419572

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV

Nº 1.0000.19.151391-0/007

AGRAVANTE(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

11ª CÂMARA CÍVEL

BELO HORIZONTE

BMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS

GERAIS

INSTITUTO DEFESA COLETIVA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo **BANCO BMG S/A**, em face da decisão, ordem 8 e 9 (rejeição dos embargos aclaratórios opostos pela parte agravante), proferida pelo MM. Juiz de Direito, Pedro Candido Fiuza Neto, da 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, que nos autos da “**AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO**”, proposta pelos agravados, **DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS** e **INSTITUTO DEFESA COLETIVA**, em desfavor do recorrente, declinou a competência para o Juízo da 29ª Vara Cível da Capital, para processamento e julgamento da demanda originária em conjunto com o feito de nº. 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento de sentença) que ainda está em trâmite:

“Por meio da presente ação, a parte autora continua sustentando a irregularidade da prática do réu consistente na operação de telesaque, via telefone, obviamente.

Trata-se de saque vinculado a cartão de crédito consignado.

Diante desse quadro e da aludida recente decisão do STJ, proferida posteriormente ao ajuizamento desta ação, os autores pleiteiam a remessa destes autos ao juízo da 29ª Vara Cível, a fim de que se evitem decisões conflitantes, argumentando que, além das partes, os objetos das demandas também são semelhantes.



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Ademais, sustentam que, em última análise, o que se discute no presente feito e no supramencionado cumprimento de sentença é a regularidade da contratação por telefone, especialmente de empréstimo e cartão de crédito consignado.

Pois bem.

A conexão de ações caracteriza hipótese de modificação da competência do juízo prevista no art. 55 do CPC/15 nos seguintes termos:

[...]

Sobre o assunto ensina Sandro Gilbert Martins que “a expressão conexão dá ideia de enlace ou ligação de uma coisa com outra. Nexo, relação de dependência, analogia entre coisas diversas”.

No presente caso, há de se reconhecer que a prática discutida nestes é uma subespécie daquela tratada no processo que tramita perante a 29ª Vara Cível, vez que, apesar de terem nomenclaturas diferentes, questionam, em suma, a legalidade da prática de oferta de crédito pelo Banco BMG S/A via ligação telefônica.

Como visto, para estes casos, o art. 55, § 1º, do CPC/15, dispõe que as ações conexas serão reunidas para decisão conjunta.

Neste ponto, vale lembrar que a Súmula 235 do STJ é clara ao enunciar que a conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado.

Inobstante isso, o próprio CPC/15 autoriza a reunião de processos que não são conexos quando houver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, a chamada “conexão por prejudicialidade”, que do meu ponto de vista é o caso. Outrossim, a jurisprudência tem decidido no sentido de ser possível a conexão entre um processo em fase cognitiva e um de execução, quando se observar entre eles a citada prejudicialidade, sujeitando-os a uma análise conjunta, salvo quando a competência for absoluta (o que não ocorre no caso vertente).

Nesse sentido, entendo ser o caso de reconhecimento da conexão porquanto a análise da presente Ação Coletiva requer a observância das decisões proferidas no mencionado cumprimento de sentença, a fim de se evitar decisões conflitantes, considerando a similitude em ambos os casos do modus operandi efetivado pela ré via ligação telefônica.

[...]

Ademais disso, o i. *parquet* se manifestou nesse mesmo sentido (ID 965079819 – 1.386/1.389).

Face ao exposto, **DECLINO A COMPETÊNCIA para o Juízo da 29ª Vara Cível desta Capital, para processamento e julgamento da presente**



Nº 1.0000.19.151391-0/007

demanda conjuntamente com o feito de nº 2808395-48.2013.8.13.0024 que ainda está em trâmite.

P. I. C.

[...]

Vistos, etc.

O banco réu opôs, no ID 1377289833, **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** contra a decisão de ID 1019914881, a qual, por sua vez, reconheceu a conexão entre estes autos e os de n. 2808395-48.2013.8.13.0024 (cumprimento provisório de sentença) e, em consequência, declinou da competência para o juízo da 29ª Vara Cível desta Comarca.

Em síntese, afirmou que a decisão é nula, por não ter lhe intimado para se manifestar previamente sobre a conexão, violando, diante disso, o princípio da não surpresa. Aduz que a decisão é omissa por não ter se manifestado sobre a inexistência de conexão entre os feitos. Para tanto, alega que os objetos de ambas as ações são distintos e que a única influência deste processo naquele seria a incidência ou majoração de astreintes. Defende que eventual conexão seria entre estes autos e os de n. 0024.06.255.350-8, que deram ensejo ao mencionado cumprimento provisório de sentença, mas que tal feito já se encontra em fase distinta, obstaculizando a reunião processual. Asseveram que a decisão é omissa em relação ao conteúdo da decisão proferida nos embargos de declaração 1.0000.19.151391-0/004, no qual o Eg. TJMG teria rechaçado a conexão entre os processos. A Defensoria Pública se manifestou no ID 14481129927. Em resumo, alegou que, apesar da parte ré não ter sido realmente intimada para se manifestar sobre a conexão, atravessou petição nos autos após a alegação dela, oportunidade em que teve ciência do requerimento de conexão. Afirma que o reconhecimento da conexão não lhe trouxe prejuízo. Sustenta que os processos 0024.06.255.350-8 e 2808395-48.2013.8.13.0024 estariam em fase de virtualização, perante a 29ª vara cível, o que possibilitaria a reunião destes autos com quaisquer deles. Argumenta que, nos autos 0024.13.280.839-5, foi consignado pela 11ª Câmara Cível do Eg. TJMG ordem de suspensão de comercialização de qualquer produto relacionado a cartão de crédito consignado para limitar a determinação apenas “por telefone e aos idosos” e que, na inicial deste processo, foi mencionado que o produto estaria sendo oferecido por telefone a aposentados e pensionistas.

O Instituto de Defesa Coletiva se manifestou no ID 1593864851. Aduziu que não há nulidade na decisão



Nº 1.0000.19.151391-0/007

embargada, porque o banco réu teria se manifestado nos autos posteriormente ao requerimento de reconhecimento da conexão. Aponta a existência de conexão entre os processos e aduz que o julgamento do agravo de instrumento não impede o reconhecimento da conexão, porque não enfrentou a questão no mérito.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. **DECIDO.**

Como se sabe, os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão judicial estiver inquinada de um dos vícios previstos no art. 1022 do CPC, a saber, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à suposta nulidade processual, ressalto, antes de mais nada, que os embargos de declaração não consistem no meio adequado para a sua alegação. Ainda que assim não fosse, entendo que não há qualquer nulidade a ser sanada.

Em primeiro lugar porque, de fato, verifico que a parte ré se manifestou nos autos posteriormente à alegação de conexão.

A reunião processual foi requerida na petição de ID 373453396, protocolizada em 18.08.2020.

Logo após, em 24.08.2020, o réu se manifestou nos autos, por meio da petição de ID 431973578.

Não bastasse, é certo que somente se reconhece nulidade quando houver prejuízo, o que sequer foi alegado pela parte ré.

Assim, afasto a alegada nulidade.

Quanto à existência, ou não, de conexão, entendo que não há nenhuma omissão a ser sanada.

A decisão embargada analisou minuciosamente as razões pelas quais entende haver conexão e a presença dos requisitos do art. 55 do CPC.

Manifestou-se, inclusive, sobre a possibilidade de reunião de processos que se encontram em fases distintas.

Ressalto que, tal como mencionado no próprio acórdão dos embargos de declaração apontados pela parte ré, eventual error in judicando deve ser apontado pelo meio processual cabível.

O que se observa, em verdade, é que, a todo momento, o embargante rediscute o teor da decisão, o que não é possível pela via dos embargos que declaração, os quais, como se sabe, não consistem em sucedâneo recursal.

Diante disso, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Aguarde-se o decurso do prazo recursal e, após, cumpra-se a decisão, no que couber. [...]”.



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Inconformado e, em suas razões, ordem 1, o recorrente, quanto à admissibilidade do agravo de instrumento, diz que a questão devolvida no presente recurso deve ser analisada imediatamente pelo Tribunal, sob pena de se admitir o processamento, instrução probatória e julgamento da Ação Coletiva de origem por juízo incompetente, certo que a conexão reconhecida pelo Juízo de primeiro grau não possui fundamento na realidade dos autos e será certamente afastada por este Tribunal, comoá feito em sede de outro agravo de instrumento (autos nº. 1513928-43.2019.8.13.0000).

No que se refere ao mérito recursal, argumenta que diferentemente do anotado na decisão recorrida, o tele saque não é subespécie de contrato de cartão de crédito consignado, não sendo comercializado de forma independente pela instituição financeira recorrente. Em verdade, ele é uma funcionalidade do cartão de crédito consignado que é contratado presencialmente ou por intermédio de assinatura eletrônica.

Defende, por isso, que a contratação do cartão com a função tele saque não se dá via telefone e que as decisões de um feito em nada interferem no outro – “[...] Não há, nesse contexto, qualquer elemento que justifique a conexão, nos termos do art. 55, §1º do CPC/15, para a qual se faz necessária a identidade de causa de pedir ou de objeto. [...]”.

Sustenta que a “[...] argumentação apresentada pelo d. Relator para afastar a conexão entre o agravo de instrumento nº 1513928-43.2019.8.13.0000 e o agravo nº 1.0024.13.280839-5/014 deveria ter sido aplicada, *mutatis mutandis*, pelo juízo a quo para indeferir o pedido de conexão formulado pelos ora agravados nos autos de origem. [...]”.

Sob referidos fundamentos, pede a concessão do efeito suspensivo e, no mérito, o provimento do recurso, reformando-se a decisão agravada para afastar a ocorrência de conexão entre a ação



Nº 1.0000.19.151391-0/007

de origem de nº. 5154588-04.2019.8.13.0024 e o cumprimento de sentença de nº. 808395-48.2013.8.13.002, reconhecendo-se a competência do juízo da 6ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG para processamento do feito originário. Ou, sucessivamente, que seja reconhecida a nulidade da decisão agravada por ausência de intimação da recorrente para impugnar o pedido de conexão formulado pela parte autora/agravada, devendo a questão retornar à origem para que seja sanada a irregularidade processual.

Preparo recursal regular, ordem 2/3.

É o relatório.

Decido.

Ressalto que o Relator deste recurso é o Eminentíssimo Desembargador Adriano de Mesquita Carneiro.

Entretanto, considerando que Sua Excelência se encontra legalmente afastado de suas funções, nos termos do artigo 79, §5º, do RITJMG, os autos me vieram conclusos para exame de eventuais medidas urgentes.

Vejamos.

O Relator poderá imprimir efeito suspensivo ao agravo ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, desde que a decisão impugnada possa resultar, ao mesmo tempo, risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e restar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso (artigo 1.019, inciso I, e artigo 995, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015).

Na lição de Luiz Guilherme Marinoni, in Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p.929:



Nº 1.0000.19.151391-0/007

“A suspensão da decisão recorrida por força de decisão judicial está subordinada à demonstração da probabilidade de provimento do recurso (probabilidade do direito alegado no recurso, o *fumus boni iuris* recursal) e do perigo na demora (*periculum in mora*). [...] O que interessa para a concessão de efeito suspensivo, além da probabilidade de provimento recursal, é a existência de perigo na demora na obtenção do provimento recursal.”

A parte recorrente busca, com a interposição deste recurso, a reforma da decisão agravada, para que seja afastada a ocorrência de conexão entre a ação de origem de nº. 5154588-04.2019.8.13.0024 e o cumprimento de sentença de nº. 2808395-48.2013.8.13.0024, reconhecendo-se a competência do juízo da 6ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG para processamento do feito originário.

Na hipótese, ao menos em sede de cognição sumária, reputam-se **presentes** os referidos requisitos.

Isso porque em recurso anterior, autos de nº. 1.0000.19.151391-0/001 e 1.0000.19.151391-0/004 (embargos declaratórios) – 11ª Câmara, restou consignado que o objeto e a causa de pedir das ações são distintos e que por isso não seria possível o reconhecimento da conexão – autos nº. 1.0024.13.280839-5/014 e sequencial 016/cumprimento provisório de sentença).

Assim, embora a questão seja controvertida e demande uma melhor análise, é possível verificar que à parte recorrente assiste certa razão.

Além disso, o envio precoce dos autos para o Juízo da 29ª Vara Cível da Capital poderia ocasionar uma série de atos processuais desnecessários – risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação.

Em respeito à economia processual, até que se resolva a questão da competência, entendo que **deve ser concedido o efeito suspensivo almejado**.



Nº 1.0000.19.151391-0/007

Sucede ser necessário aguardar a formação do contraditório nesta instância recursal para que os fatos sejam melhores esclarecidos preservando-se, também, o julgamento do recurso pela Turma Julgadora, atentando-se para o princípio da colegialidade em garantia ao juízo natural dos recursos.

Diante do exposto, **DEFIRO EFEITO SUSPENSIVO** ao recurso, de modo a suspender a eficácia da decisão impugnada.

Oficie-se ao Juízo de primeiro grau, requisitando informação acerca da retratação da decisão agravada (artigo 1.018, §1º, do CPC/2015).

Intime-se a parte agravada, na forma e para os fins previstos no artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.

No mais, as questões atinentes ao conhecimento do recurso serão apreciadas no corpo do acórdão pelo Relator prevento.

Após, ao Relator (artigo 79, § 6º, do RITJMG).

I.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2021.

DES. FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ, Certificado:
700A98777F4B4C66C127064D95640093, Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021 às 10:27:03.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
1000019151391000720212419572



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

**CARTÓRIO DA 11ª CÂMARA CÍVEL - AFONSO PENA
1500**

CERTIDÃO

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 31/05/2022. O referido é verdade e dou fé.
Belo Horizonte, 01 de junho de 2022. Eu, Margarete Gandra Almeida Santos, T004814-0, Escrivã do Cartório da 11ª Câmara Cível - Afonso Pena 1500, assino digitalmente.



[🏠](#) > [Assuntos](#) > [Notícias](#) > [Ministério da Justiça instaura 26 processos administrativos contra empresas que praticam telemarketing abusivo](#)

Ministério da Justiça instaura 26 processos administrativos contra empresas que praticam telemarketing abusivo

Total em multas pode chegar a mais de R\$300 milhões



Publicado em 27/07/2022 07h00 Atualizado em 28/07/2022 10h25

Compartilhe: [f](#) [t](#) [🔗](#)

Brasília 27/07/2022 - A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, abriu processos administrativos contra 26 empresas por praticarem telemarketing abusivo. As medidas são desdobramentos da decisão que, no último dia 18 de julho, proibiu a atividade irregular em todo o país.

Bancos, empresas de telecomunicações e centrais de telemarketing foram notificadas a apresentarem defesa. Caso condenadas, estão sujeitas a multa de até R\$13 milhões cada.

A suspensão das atividades de telemarketing abusivo foi determinada pela Senacon com base na quantidade de reclamações registradas no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e no portal consumidor.gov.br - 14.547 nos últimos três anos.

A partir da análise das reclamações, a Secretaria concluiu que os dados utilizados pelas empresas para a prática do telemarketing considerado abusivo não são consentidos pelos consumidores e nem passados às mesmas a partir de uma base legal existente.

Assim, o Ministério da Justiça entendeu que a prática do telemarketing ativo abusivo afronta os preceitos do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Geral de Proteção de Dados e do Marco Civil da Internet.

Os dirigentes dos Procons, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foram comunicados sobre a abertura dos processos, para que tomem as medidas que julgarem cabíveis.

Confira a relação das empresas:



- Banco BMG S.A.
- Banco Bradesco S.A.
- Banco C6 Consignado
- Banco Cetelem S.A.
- Banco Daycoval S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Banco Itaú S.A.
- Banco Mercantil do Brasil S.A.
- Banco Pan S.A.
- Banco Safra S.A.
- Banco Santander S.A.
- BV Financeira S.A.
- Caixa Econômica Federal
- CLARO S.A
- Concentrix Brasil
- Crefisa S.A.
- Konecta Brazil Outsourcing Ltda
- Liq Corp S.A.
- Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.
- SKY Brasil Serviços Ltda
- Telefônica Brasil S/A
- Teleperformance CRM S.A.
- TIM S.A.



Canal de denúncia

No último dia 20 de julho, o Ministério da Justiça abriu um canal na internet para os cidadãos denunciarem as empresas que insistirem com o telemarketing abusivo, o denuncia-telemarketing.mj.gov.br.

No formulário eletrônico, os consumidores devem inserir, entre outras informações, a data e o número de origem da chamada com DDD (quando houver), o nome do telemarketing ou qual empresa representa e se foi dada permissão para a oferta de produtos e serviços.

As denúncias serão apuradas pela Secretaria Nacional do Consumidor e também encaminhadas aos Procons, para análise e abertura de eventual processo administrativo pelo descumprimento da medida.

Categoria

Justiça e Segurança

Serviços que você acessou

 JULHO

Consultar online
dados de sua
habilitação de
trânsito

[Consultar CNPJ](#)

 MARÇO

Solicitar
Aposentadoria por
Idade para
Trabalhador
Urbano

Solicitar
Aposentadoria por
Tempo de
Contribuição



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/07/2022 | Edição: 134 | Seção: 1 | Página: 59

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional do Consumidor/Departamento de Proteção e de Defesa do Consumidor

DESPACHO Nº 25/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08198.018100/2022-58 REPRESENTANTE: DPDC EX OFFICIO
Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas.

Diante do exposto, e acolhendo os fundamentos constantes da NOTA TÉCNICA Nº 24/2022/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (SEI 18492327), com fulcro nos artigos 56 do CDC, 18 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e 3º da Portaria nº 07/2016 deste Ministério da Justiça, e ante a necessidade imperiosa da implementação de medidas voltadas à proteção dos consumidores em face dos serviços de telemarketing para oferta de produtos ou serviços, sem a prévia autorização por parte destes, decreto medida cautelar em face das empresas ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELESSERVIÇOS (ABT), LIQ CORP. S.A. (LIQ), ATENTO BRASIL S.A. (ATENTO), ALGAR TELECOM S.A. (ALGAR TELECOM), NEOBPO SERVIÇOS DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA S.A. (NEOBPO), TELEPERFORMANCE CRM S.A. (TELEPERFORMANCE), AEC CENTRO DE CONTATOS S.A. (AEC), KONECTA BRAZIL OUTSOURCING LTDA. (KONECTA), CONCENTRIX BRASIL TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E TECNOLOGIA EMPRESARIAL LTDA. (CONCENTRIX), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES COMPETITIVAS - TELCOMP, TIM S.A. (TIM), TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO), CLARO S.A., FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (ABBC), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS E DAS EMPRESAS PROMOTORAS DE CRÉDITO E CORRESPONDENTES NO PAÍS (ANEPS), CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (CREFISA S.A.), BANCO C6 CONSIGNADO S.A., ITAÚ UNIBANCO S.A. (BANCO ITAÚ S.A.), BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DAYCOVAL S.A., BANCO PAN S.A., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO BMG S.A., BANCO BRADESCO S.A., BANCO CETELEM S.A., BANCO SAFRA S.A., BANCO SANTANDER S.A., CONEXIS - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE SERVIÇO MÓVEL CELULAR E PESSOAL E SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA., para determinar a suspensão dos serviços do telemarketing ativo abusivo em todo o Território Nacional, consubstanciado naquele que visa o contato com o cliente para oferta de produtos ou serviços sem o prévio consentimento do consumidor, que somente poderá ser abordado por telefone se expressamente tiver manifestado interesse neste sentido, a partir da intimação da presente decisão, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) pelo descumprimento, excluídas as demais formas de abordagem via telemarketing, tais como os serviços de telemarketing receptivo/passivo, bem como aqueles que versem sobre cobranças ou doações. À CGARI, para que expeça ofício dando conhecimento da presente decisão aos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, para fins de fiscalização de cumprimento da presente medida; À CGCTSA, para que: 01) expeça ofício à ANATEL e ao BACEN, para conhecimento da presente medida; 2) expeça notificação de intimação aos interessados; e 3) desvincule a medida cautelar do presente procedimento, desmembrando o feito em procedimentos específicos para cada empresa notificada. Publique-se a presente decisão no Diário Oficial da União.

LAURA POSTAL TIRELLI

Diretora

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/08/2022 | Edição: 144 | Seção: 1 | Página: 114

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional do Consumidor

DECISÃO Nº 13/ASSESSORIA-SENACON/GAB-SENACON/SENACON

Processo: 08012.001478/2019-48

Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (ex officio)

Representada: Banco BMG S.A.

Advogados: Marcus Vinicius Furtado Coêlho (OAB/DF 18.958) e Karoline Ferreira Martins (OAB/DF 49.100)

Assunto: Dever de informação

Ementa: Processo administrativo sancionador. Oferta abusiva de empréstimos consignados por telefone baseada na prevalência da fraqueza ou da ignorância do consumidor idoso. Aquisição e manutenção ilícita de bancos de dados com informações pessoais sensíveis de aposentados e de pessoas em via de se aposentar. Formação de banco de dados sem informação dada por escrito ao consumidor. Descrição suficiente das condutas imputadas. Aditamento da nota técnica de instauração do processo, para inclusão de novos fatos. Ausência de nulidade. Arguição de impossibilidade de inversão do ônus de prova. Inexistência de julgamento baseado em critério residual de distribuição de ônus probatório. Litude do uso de prova emprestada. Reconhecimento das infrações administrativas previstas nos arts. 12, V, e 13, XIII, do Decreto n.º 2.181/97. Recurso administrativo conhecido e não provido.

Dispositivo: Pelo exposto, nego provimento ao recurso interposto pelo Banco BMG S.A. Intime-se o recorrente para ciência da decisão e pagamento da multa, fixada em R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões cem mil reais), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n.º 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, sob pena de inscrição de débito em dívida ativa da União, nos termos do art. 55 do Decreto n.º 2.181/97. Em seguida, remetam-se os autos à CGCTSA, para fiscalização do cumprimento da decisão. Publique-se extrato contendo os dados do processo, a ementa e o dispositivo no Diário Oficial da União, conforme art. 7º, I, da Portaria IN/SG/PR n.º 9/2021.

RODRIGO ROCA

Secretário

DECISÃO Nº 14/ASSESSORIA-SENACON/GAB-SENACON/SENACON

Processo: 08012.001115/2019-11

Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (ex officio)

Representada: CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

Advogados: João Carlos Zanon (OAB/SP 163.266), Thiago Silveira Antunes (OAB/SP 271.298) e Mundie e Advogados (OAB/SP 3.143)

Assunto: Dever de informação

Ementa: Oferta de venda de passagens aéreas de empresa parceira da representada em situação de grave risco de inadimplemento. Posteriores recuperação judicial e falência da companhia aérea. Existência de inquérito civil público com conteúdo idêntico no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo. Preliminar rejeitada. Ausência de informação clara e adequada ao consumidor. Fato notório que não elide a vulnerabilidade do consumidor. Infração administrativa prevista no art. 13, I, do Decreto n.º 2.181/97. Dosimetria da multa realizada em conformidade com a Portaria SENACON n.º 7/2016. Recurso administrativo conhecido e não provido.

Dispositivo: Pelo exposto, nego provimento ao recurso interposto pela empresa CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. Intime-se a recorrente para ciência da decisão e pagamento da multa, fixada em R\$ 363.046,25 (trezentos e sessenta e três mil quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n.º 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, sob pena de inscrição de débito em dívida ativa da União, nos termos do art. 55 do Decreto n.º 2.181/97. Em seguida, remetam-se os autos à CGCTSA, para fiscalização do cumprimento da decisão.

RODRIGO ROCA

Secretário

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS.

PROCESSO Nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

INSTITUTO DEFESA COLETIVA, já devidamente qualificado nos autos da ação civil pública ajuizada em face de **BANCO BMG S/A**, vem, respeitosamente, perante V. Exa., por meio de suas procuradoras que a esta subscrevem, manifestar-se pelas razões de fato e de direito a seguir.

1. DO BREVE HISTÓRICO DA PRESENTE AÇÃO.

Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de reconhecimento de inexistência de contratação e condenação por danos morais coletivos e individuais, em razão da realização ilícita da operação denominada de “telessaque”, vinculada ao cartão de crédito consignado, sem a devida anuência e informação dos consumidores.

Em sede de tutela antecipada foi requerida a abstenção do Banco da creditação de qualquer valor sem a devida anuência do consumidor em conta corrente ou poupança e da realização de qualquer operação de crédito via telefone, bem como a ocorrência presencial em caixa eletrônico, mediante o desbloqueio e o uso de senha, de qualquer operação de saque no cartão de crédito consignado.

Em análise inicial, a Ilma. juíza da 06ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, indeferiu os pedidos antecipatórios pleiteados na inicial (Id. 88236657) e, em análise do agravo de instrumento interposto pela entidade autora, o Eg. TJMG confirmou a decisão, havendo Recurso Especial pendente de análise do C. STJ (DOC. 01).

Porém, conforme será demonstrado adiante, infelizmente, a instituição financeira ré permanece lesando os consumidores através de contratação de empréstimos consignados, vinculados ao cartão de crédito, sem a devida anuência e ciência, em flagrante ofensa à legislação consumerista.

Ademais, surgiram diversos fatos novos que demonstram a gravidade da situação e necessidade de nova apreciação do pedido de antecipação de tutela.

2. DOS FATOS NOVOS E REQUERIMENTO DE REAPRECIÇÃO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC.

Recentemente, a SENACON, órgão do Ministério da Justiça, responsável pela gestão, disponibilização e manutenção do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor aplicou algumas penalidades relacionadas aos flagrantes abusos que o réu vem cometendo relacionados a contratação de crédito consignado.

A primeira delas, foi a suspensão de mais de 180 operadoras de telemarketing (DOC. 05), visando cessar com as ligações que oferecem produtos ou serviços sem autorização dos consumidores, uma vez que são realizadas com dados obtidos de maneira ilegal, sendo que o banco réu é uma das instituições financeiras investigadas (DOC. 02).

A segunda medida concerne a condenação ao pagamento de uma multa no importe de R\$5,1 milhões, nos autos do processo administrativo nº 08012.001478/2019-48, pelo uso indevido de dados pessoais de consumidores idosos e oferecimento de empréstimos consignados de maneira abusiva (DOC. 03), que está diretamente relacionada ao objeto da presente ação.

A penalidade foi aplicada por ter sido constatado no processo administrativo que o banco réu realiza oferta abusiva de empréstimo consignado, por telefone, utilizando-se da fraqueza ou ignorância do consumidor idoso. Vejamos a ementa decisão nº 13, vinculada ao processo administrativo, supramencionado:

Processo administrativo sancionador. Oferta abusiva de empréstimos consignados por telefone baseada na prevalência da fraqueza ou da ignorância do consumidor idoso. Aquisição e manutenção ilícita de bancos de dados com informações pessoais sensíveis de aposentados e de pessoas em via de se aposentar. Formação de banco de dados sem informação dada por escrito ao consumidor. Descrição suficiente das condutas imputadas. Aditamento da nota técnica de instauração do processo, para inclusão de novos fatos. Ausência de nulidade. Arguição de impossibilidade de inversão do ônus de prova. Inexistência de julgamento baseado em critério residual de distribuição de ônus probatório. Lícitude do uso de prova emprestada. Reconhecimento das infrações administrativas previstas nos arts. 12, V, e 13, XIII, do Decreto n.º 2.181/97. Recurso administrativo conhecido e não provido.

Nesse íterim, as condutas narradas pela SENACON são as mesmas descritas nesta ação civil pública, consistente na prática do telessaque, onde o banco réu tem formalizado centenas de empréstimos consignados e saques vinculados ao limite do cartão de crédito consignado, sem autorização expressa e inequívoca dos consumidores, além de utilizar-se da hipossuficiência desses consumidores para realizar ofertas de forma abusiva.

Ressalta-se que os referidos documentos demonstram a gravidade e amplitude da prática abusiva cometida pela instituição financeira ré, bem como evidencia a necessidade de coibição judicial da conduta, a fim de resguardar os direitos dos consumidores hipossuficientes, pois se

tivesse decisão liminar em vigor, possivelmente, os consumidores não estariam sendo constantemente lesados.

Inclusive, o INSS, identificando a maléfica prática do Telessaque consignou a proibição da formalização do saque, por telefone, a teor do que dispõe o artigo 16, §5º, da Instrução Normativa nº 134/2022, *in verbis*:

"Art. 16. Nas operações tratadas neste Capítulo, observado no que couber o disposto no art. 58, serão considerados:

§ 5º O limite disponível para saque é de até 70% (setenta por cento) do limite do cartão, **vedada a formalização do contrato por telefone.**" (NR)

Infelizmente, os órgãos de defesa do consumidor têm registrado centenas de reclamações de práticas abusivas na comercialização de empréstimos consignados realizados sem a ciência do consumidor ou por telefone.

Vejamos alguns exemplos de reclamações recentes acerca de tal prática:

Banco BMGNão avaliado pelo consumidor

Relato 11/07/2022, Itapema - SC
Que em final de Abril/2021, o Banco BMG me contactou via telefone, informando a respeito de uma devolução financeira, referente a cobrança a maior de um empréstimo **consignado** quitado. Que fariam a devolução no montante de R\$3.857,00, sendo informada conta bancária para depósito. Ocorre que foi realizado a suposta devolução, entretanto, o reclamante notou que a partir de junho/2021 começou a ser descontado do seu benefício previdenciário valor de Reserva de Margem Consignável (RMC). Que tentou contato com o Banco BMG, no sentido de cessar os descontos e cobrança, sendo informado que o valor liberado não se tratava de devolução e sim de empréstimo/saque mediante utilização do cartão de crédito. Contudo, o reclamante sequer possui qualquer cartão crédito nesse sentido. A fim de cessar as cobranças do valor do RMC, foi emitido boleto e quitado o suposto "empréstimo". Ou seja, foi devolvido o montante liberado inicialmente a título de "devolução de pagamento a maior". Ocorre que foram descontados em seu histórico de benefícios o montante total de R\$1.672,91, devendo estes valores serem restituídos ao reclamante, tendo em vista que nada deve.

Resposta (8 dia(s) depois)
Olá Alexandre, Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção Interação que entraremos em contato. Conte conosco! Equipe Bmg.

Avaliação
<não há comentários do consumidor>

13

Banco BMGNão Resolvido

Relato 29/07/2022, Barueri - SP
Bom dia. Desde outubro/2020 estou sendo debitado de um empréstimo **consignado** via cartão de crédito (RMC) o qual não solicitei e nem tem o meu consentimento.

Resposta (10 dia(s) depois)
Olá Alexis Saad Filho, Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção Interação que entraremos em contato. Conte conosco! Equipe Bmg.

Avaliação
Nota 1
Recebi por email a cópia do Termo de Adesão Cartão de Crédito **Consignado** e fica evidente que a minha assinatura foi falsificada. Repito: jamais solicitei qualquer tipo de empréstimo ao BMG. Fui vítima de fraude e quero o cancelamento do termo de adesão e o reembolso das parcelas abatidas desde outubro de 2020.

18

Banco BMG

Não avaliado pelo consumidor

Relato 09/07/2022, São José - SC

Não contratei nenhum serviço e estão descontando **consignado** mensal, é uma fraude. Quero cancelamento e extorno desses valores.

Resposta (9 dia(s) depois)

Olá Laides Pereira Rodrigues, Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção interação que entraremos em contato. Ah! Se não tiver dúvidas, que tal avaliar este atendimento? É bem rápido. A sua opinião é muito importante pra gente! Equipe Bmg.

Avaliação

<não há comentários do consumidor>

23

Banco BMG

Não avaliado pelo consumidor

Relato 09/07/2022, Rio de Janeiro - RJ

Prezado(a) Informo que foi efetivado um empréstimo **consignado** em minha conta sem o meu consentimento, e prontamente devolvi os valores que totalizaram a cifra de R\$3.637,00, nesta ocasião, solicitei que o Banco BMG cancelasse meu cadastro, pois não havia solicitado nenhum empréstimo, ou cartão. Contudo, para minha surpresa, em consulta ao meu INSS, descobri que ainda continuam cobrando taxas administrativa no valor de R\$147,04 de um suposto cartão **consignado** que nunca recebi.

Resposta (9 dia(s) depois)

Olá Osvaldo Santos Rodrigues Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção interação que entraremos em contato. Conte conosco! Equipe Bmg.

Avaliação

<não há comentários do consumidor>

25

Banco BMG

Não Resolvido

Relato 09/07/2022, Ribeirão Preto - SP

O Banco BMG fez um saque no cartão de crédito **consignado** sem minha autorização no valor de \$1.715,00, depositando o valor na minha conta corrente da Caixa Econômica Federal no dia 08/10/2022 e depois entraram em contato comigo dizendo que eu tinha um valor para receber do Banco de \$231,47, fiz várias perguntas a atendente do banco que repetidas vezes disse que o valor era meu e que se eu não aceitasse receber que eu o perdia, por essa razão passei o número da minha conta do Banco Itaú para depósito. Em nenhum momento disseram que era saque **consignado**, não me enviaram boleto para pagamento de nada, não sabia que estava devendo, só vim a tomar conhecimento no final de maio quando novamente me ligaram dizendo que tinha mais dinheiro meu no banco, procurei a agência do INSS da cidade para me informar sobre essas ocorrências e somente aí descobri que eles me ligavam para fazer saque no cartão **consignado**. Fiz o levantamento através de extratos bancários e descobri os valores, tive que pagar \$2.221,00 ou seja, o valor depositado e mais os descontos no pagamento da aposentadoria de \$80,00 mês desde novembro de 2021. No dia 27/06/2022 paguei o valor de \$2.221,00 para poder cancelar o cartão **consignado** BMG. Esse mês eu não deveria ter mais o desconto de \$80,00 no meu pagamento do INSS, porém não houve mudança e veio descontado de novo o valor e continua provisionada para pagamentos posteriores.

Resposta (9 dia(s) depois)

Olá Rosângela de Oliveira, Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção interação que entraremos em contato. Conte conosco! Equipe Bmg.

Avaliação

Nota 1

O BMG devolveu uma quantia menos da metade do que se apoderou indevidamente do meu benefício e não respondeu mais.

38

Banco BMG
Não avaliado pelo consumidor

Relato 09/07/2022, Nova Iguaçu - RJ

Recebi em meu endereço um **cartão** de crédito referente a Reserva de Margem Consignável do Banco BMG sem que eu tenha feito o pedido do mesmo **cartão** esse que não foi desbloqueado, não teve senha cadastrada e sequer foi utilizado. Após várias tentativas (sem êxito) no sentido de cancelar o referido **cartão** o mesmo veio a vencer (julho de 2021), outra **ligação** foi feita pela instituição Banco BMG me informando sobre a renovação do referido **cartão**, reiterei, sequer solicitei o primeiro, e sim o seu cancelamento. O não atendimento as minhas solicitações vem me causando muitos problemas, pois os débitos em meu benefício referente a este **cartão** vem acontecendo desde sua emissão. Sem mais, peço ajuda.

Resposta (9 dia(s) depois)

Olá, Miriovan! Agradecemos por aguardar nossa resposta! Todos os detalhes sobre sua solicitação estão disponíveis na interação anterior. Em caso de dúvidas, continuamos aqui. Basta utilizar a opção Interação que entraremos em contato. Ah! Se não tiver dúvidas, que tal avaliar este atendimento? É bem rápido. A sua opinião é muito importante pra gente! Equipe Bmg.

Avaliação

<não há comentários do consumidor>

37

Cumprе destacar que a prática de comercialização do produto via telefone **está proibida desde 2006**, quando a ação ajuizada pela entidade autora (processo nº 2553508-45.2006.8.13.0024) em face do banco réu, em razão da notória abusividade na contratação do cartão de crédito consignado a consumidores idosos, via telefone, foi julgada procedente para condenar o réu na obrigação de não fazer, consistente na abstenção da contratação por telefone.

Assim, considerando que a instituição financeira continua a realizar a oferta e contratação de crédito consignado sem a anuência dos consumidores, bem como operações via telefone, tornando-se cada dia maior e mais graves os danos causados aos consumidores, como se depreende das penalidades administrativas aplicadas pela SENACON, faz-se necessária a reapreciação por este juízo do pedido de antecipação da tutela de urgência, realizado na exordial.

Nos termos do art. 300 do CPC a *“a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”*.

No caso dos autos, não restam dúvidas de que o direito ora tutelado se encontra presente, bem como o perigo de dano caso não seja determinado por este juízo que o réu cesse as contratações abusivas, vejamos:

PROBABILIDADE DO DIREITO	PERIGO DE DANO
<ul style="list-style-type: none"> As incontáveis reclamações acostadas aos autos, bem como as multas aplicadas pela SENACON (DOCS 02 e 03), demonstram, de forma incontestável, que o banco réu tem lesado milhares de pessoas ao realizar contratações de empréstimos consignados sem a devida anuência dos consumidores, bem como ao utilizar ligações telefônicas totalmente confusas (Id. 93551058) para lesar os hipervulneráveis; 	<ul style="list-style-type: none"> Cada dia chegam mais denúncias e reclamações contra o banco réu acerca de sua conduta, sendo certo que as provas acostadas nos autos também apontam para uma situação muito grave: a instituição financeira realiza contratações de forma unilateral, realizando descontos nos benefícios previdenciário de milhares de consumidores hipossuficientes, que possuem seus proventos retidos pela

<ul style="list-style-type: none"> • Há uma decisão transitada em julgado que demonstra a proibição de contratação por telefone por parte do réu, nos autos do processo nº 2553508-45.2006.8.13.0024 (Id. 87489720); • A contratação sem anuência do consumidor ou pelo telefone ofendem diretamente o Código de Defesa do Consumidor e a Instrução Normativa nº 39 do INSS. 	<p>instituição financeira sem seu consentimento e até mesmo conhecimento, o que prejudica, de forma substancial, a subsistência básica desses consumidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esperar o resultado final do processo não será suficiente para tutelar o direito dos consumidores, considerando que durante o trâmite desse processo as lesões não só estão acontecendo, mas estão aumentando, como se depreende da aplicação de penalidade pela SENACON.
--	---

Cumpre salientar que a concessão de medida liminar não trata dano irreparável à instituição financeira, principalmente porque apenas se exigirá que as contratações sejam realizadas em estrita observância à legislação aplicável, – Lei 10.820/2003 e Instruções Normativas do INSS nº 28/2008, 3/2009, 100/2019 e 134/2022 – o que não vem ocorrendo.

Além disso, a operação ora denominada “Telessaque”, que consiste na realização de operações de consignado sem a ciência e anuência dos consumidores é uma prática recorrente das instituições financeiras na atualidade e exatamente por isso a entidade autora ajuizou diversas ações semelhantes a presente, sendo importante destacar que em praticamente todos os casos houveram decisões liminares no sentido de rechaçar tais práticas, conforme se verifica pela leitura do banco de dados em anexo (DOC. 04).

Desta forma, uma vez demonstrado o preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, bem como o surgimento de novos fatos, a concessão da liminar é medida que se impõe.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as questões de fato e direito acima demonstradas, requer a entidade autora a análise do pedido liminar realizado na petição inicial, com seu deferimento, para que:

A) O Banco Réu se abstenha de realizar qualquer contratação sem a devida anuência do consumidor, sob pena multa diária, em valor não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo do disposto no artigo 84, §5º do Código de Defesa do Consumidor, e aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, previsto no artigo 77, §§ 1º e 2º do CPC/2015;

B) O Banco Réu se abstenha de creditar qualquer valor sem a devida anuência do consumidor em conta corrente ou poupança, sob pena multa diária, em valor não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo do disposto no artigo 84,

§5º do Código de Defesa do Consumidor, e aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, previsto no artigo 77, §§ 1º e 2º do CPC/2015;

C) O Banco Réu se abstenha de realizar qualquer operação de crédito via telefone (TELESSAQUE), vinculado ao cartão de crédito consignado, sob pena multa diária, em valor não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) POR OPERAÇÃO, sem prejuízo do disposto no artigo 84, §5º do Código de Defesa do Consumidor, e aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, previsto no artigo 77, §§ 1º e 2º do CPC/2015.

D) O saque somente possa ocorrer PRESENCIALMENTE em CAIXA ELETRÔNICO, mediante desbloqueio e o uso de senha, nos termos do artigo 3º, inciso III da IN 39 do INSS, após o recebimento do cartão plástico e do contrato do cartão de crédito consignado devidamente assinado, sob pena multa diária, em valor não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo do disposto no artigo 84, §5º do Código de Defesa do Consumidor, e aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, previsto no artigo 77, §§ 1º e 2º do CPC/2015;

Por fim, pugna-se para que todas as intimações e notificações sejam direcionadas exclusivamente à Dra. Lillian Jorge Salgado, OAB/MG Nº 84.841, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 12 de agosto de 2022.

Lillian Jorge Salgado
OAB/MG 84.841

Lanay Monteiro de Castro Maia
OAB/MG 193.135

**EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG.**

Processo nº 5154588-04.2019.8.13.0024

BANCO BMG S.A., já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública Cível em epígrafe, ajuizada pelo *INSTITUTO DEFESA COLETIVA (“IDC”)* e pela *DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS (“DPMG”)*, igualmente qualificados, vem respeitosa e tempestivamente¹ perante V. Excelência, por seus procuradores ao final assinados e em atenção ao despacho de ID nº 9581157648, **manifestar-se sobre a petição e documentos apresentados pela autora (ID nº 9576038781)**, nos termos a seguir expostos.

Como cediço, tratam os autos de Ação Coletiva ajuizada pelo IDC e pela DPMG em face do ora peticionante, em que os autores sustentam que o Telessaque – uma funcionalidade do cartão de crédito consignado oferecido pelo banco – seria ilegal e traria danos aos consumidores.

Em sede liminar, os autores requereram que o BMG se abstinhasse de: (i) “*realizar qualquer contratação sem a devida anuência do consumidor*”; (ii) “*creditar qualquer valor sem a devida anuência do consumidor em conta corrente ou poupança*”; (iii) “*realizar qualquer operação de crédito via telefone (TELESSAQUE), vinculado ao cartão de crédito consignado*”; e que (iv) somente permitisse a realização de saque “*PRESENCIALMENTE em CAIXA ELETRÔNICO, mediante desbloqueio e o uso de senha*” (cf. petição inicial - doc. ID nº 87488588).

¹Em 18/08/2022, quinta-feira, foi expedida a comunicação eletrônica do despacho de ID nº 9581157648 dos autos, em que este MM. juízo intimou o ora peticionante para se manifestar sobre a petição apresentada pelo IDC, a qual foi lida automaticamente em 29/08/2022, segunda-feira, **considerada a data da efetiva intimação** (cf. art. 4º, §3º, Lei nº 11.419/2006). Assim, o prazo de 10 dias assinado pelo juiz começou a correr em 30/08/2022 e, considerando-se a suspensão do expediente forense no dia 07/09/2022 em razão de feriado (Independência do Brasil, cf. Resolução nº 458/2004 do Eg. TJMG – doc. 01, anexo), **se encerra apenas em 13/09/2022, terça-feira, data do efetivo protocolo**. Tempestiva, portanto, a presente manifestação.

A antecipação de tutela foi indeferida pelo MM. juízo da 6ª Vara Cível desta capital (cf. doc. ID nº 88236657) e a decisão foi confirmada, no mérito, pela 11ª Câmara Cível do Eg. TJMG².

O presente feito prosseguiu em paralelo, e, na petição de ID nº 9576038781, o IDC pleiteia nova apreciação do pedido liminar, com a justificativa de que o Banco BMG “*permanece lesando os consumidores*” e que teriam surgido “*diversos fatos novos que demonstram a gravidade da situação*”.

Concessa maxima venia, os supostos fatos novos invocados pelo requerente não têm qualquer relação com o objeto da controvérsia no presente feito e, por essa razão, não são capazes de infirmar as robustas razões que levaram o Eg. TJMG a afastar o pedido liminar. É o que se passa a demonstrar, a seguir.

I – O NECESSÁRIO INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR RENOVADO PELO IDC: *Inexistência de “fatos novos” que autorizariam apresentação de novo pedido de urgência.*

Por meio da petição ora respondida, o IDC pretende que este MM. Juízo aprecie novamente os pedidos liminares já indeferidos, à luz de supostos fatos novos e da existência de “*centenas de reclamações*” em face do Banco BMG.

Como cediço, o art. 296³ do CPC/15 prevê a possibilidade de revogação ou modificação da tutela provisória, **desde que haja fatos e/ou fundamentos novos que justifiquem a reapreciação da medida.**

No caso dos autos, o pedido liminar de proibição das operações de Telessaque foi indeferido pelo MM. Juízo da 6ª Vara Cível com base na ausência de prova da verossimilhança das alegações. Segundo a r. decisão, os documentos que acompanharam a petição inicial não demonstraram de forma suficiente a existência de

² Agravo de instrumento nº 1513928-43.2019.8.13.0000, interposto pelo próprio IDC distribuído ao Des. Adriano de Mesquita Carneiro (11ª Câmara Cível do Eg. TJMG). O recurso se encontra atualmente no C. STJ, aguardando o julgamento de Agravo em Recurso Especial interposto pelo IDC (AREsp nº 1915385 /MG).

³ CPC/15. Art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

operações de saque sem anuência dos correntistas. Vejam-se os trechos (doc. ID nº 88236657):

“A prova apresentada não é consistente no sentido de indicar práticas violadoras do direito de informação previsto no CDC. Elas não confirmam a informação contida na inicial de que o banco estaria impondo contratação indesejável sem a anuência do consumidor.

(...)

A alegação de que o banco estaria a depositar valores nas contas dos consumidores sem a devida anuência não está confirmada na prova documental até então apresentada. Pelo contrário, a prova indica que há sim anuência do consumidor e que alguns deles, inclusive, ligam para o Banco para saber do produto, pois se interessaram pela oferta”.

O acórdão do Agravo de Instrumento nº 1513928-43.2019.8.13.0000, de igual maneira, assentou que não havia indícios de irregularidade nas práticas adotadas pelo BMG ao fornecer aos correntistas o chamado Telessaque. Vejam-se os trechos:

No caso dos autos, em que pese a vasta documentação juntada com a inicial, **o que vejo é que não restou efetivamente demonstrado, por ora, que o banco recorrido tenha praticado as condutas lesivas ao consumidor nos termos lançados na peça inaugural.** (...)

No entanto, as declarações referentes a esta prática não estão acompanhadas de prova segura e consistente com a tutela de urgência que exige, como um dos requisitos, a probabilidade do direito.

Além do mais, as atas notariais juntadas aos autos permitem conclusão contrária à lançada pela parte agravante, ou seja, de que **as contratações foram formalizadas e partiram de interesse expresso do consumidor**, não se mostrando claro e compreensível, até este momento, que o saque seria condição imprescindível para a aquisição do cartão de crédito consignado. (...) Por outro lado, reportando às contrarrazões do recurso, verifica-se que o recorrido colaciona aos autos termo de adesão ao cartão de crédito consignado no qual consta, ainda, autorização para o desconto em folha de pagamento dos valores decorrentes da contratação. (...)

Desta forma, ao revés do alegado pelos ora recorrentes, **o tele saque, a princípio, estaria vinculado ao cartão de crédito consignado, não se afigurando como uma modalidade de empréstimo autônoma.**

Demais disso, por certo que para proceder ao desconto em folha de benefícios, o INSS exige que haja comprovação da adesão, bem como da autorização de desconto em seus proventos, razão pela qual, se ambos são preenchidos em conjunto, a contratação, a princípio, **seria realizada também de forma documental e não apenas por meio de canal telefônico.**

Ao apreciar o pedido liminar formulado pelo IDC, o MM. Juízo de origem e o Eg. TJMG verificaram que, ao contrário do que era sustentado na inicial:

- (i) o Telessaque não é uma contratação autônoma, mas funcionalidade do cartão de crédito consignado;
- (ii) a contratação do cartão de crédito depende de anuência expressa dos consumidores, mediante assinatura física ou eletrônica (além de termo de consentimento esclarecido). **Assim, não haveria razão para proibir liminarmente o oferecimento do saque aos consumidores.**

Concessa maxima venia, os fatos novos invocados pelo IDC na tentativa de demonstrar suposto preenchimento dos requisitos para concessão da liminar não são suficientes para infirmar as conclusões já atingidas pelo Eg. TJMG, não havendo qualquer razão para que se revise o pedido liminar já indeferido. Explica-se.

Em primeiro lugar, a suspensão do serviço de *telemarketing ativo abusivo*, deferida mediante o Despacho nº 25/2022, nos autos da medida cautelar vinculada ao processo administrativo nº 08198.018100/2022-58 da SENACON (Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça) **não tem qualquer relação com as operações discutidas nos presentes autos.**

Isso porque a causa de pedir da presente Ação Civil Pública envolve apenas a legalidade de operações de saque autorizadas por telefone (o chamado Telessaque). Veja-se, nesse sentido, o trecho da petição inicial do IDC, que resume a pretensão autoral com a demanda (doc. ID nº 87488588, p. 15):

Portanto, **o reconhecimento da invalidade das operações de saque** realizadas sem a aquiescência dos consumidores é medida que se impõe, nos termos dos 4º, I, 6º, II, III, IV, 39, I, II, IV, V, VI, VII, § único, 46, 51 e 52 do CDC, e também a instrução normativa 39, artigo 1º, 3º, III, e instrução normativa 100 do INSS, haja vista o direito individual homogêneo de todos os consumidores lesados a terem o seu prejuízo ressarcido, como forma de reparar o dano causado pela Instituição financeira Ré.

E o Banco BMG já vem demonstrando, desde a sua contestação, que **as operações de saque não são oferecidas ao consumidor por meio de telemarketing ativo.** Pelo contrário, o saque somente poderia ser realizado quando o próprio cliente entrasse em contato com o Banco com a intenção específica de realizar a operação. E,

nesse momento, são informados de todas as características dessa funcionalidade do cartão de crédito consignado.

Assim, ao invocar a suspensão do serviço de telemarketing ativo como razão para reapreciação da liminar nos presentes autos, o IDC procura apenas tumultuar a tramitação do feito, *d.v.*, uma vez que **o suposto “fato novo” não tem qualquer relação com o objeto de análise da demanda** (regularidade do saque como serviço facultativo vinculado ao cartão de crédito consignado).

O despacho em que foi determinada a suspensão do telemarketing ativo ainda reforça que a medida **não atinge o telemarketing receptivo/passivo**, único destinado à realização das operações objeto da presente demanda. Veja-se (doc. ID nº 9576027350):

“(...)decreto medida cautelar em face das empresas (...) para determinar a suspensão dos serviços do telemarketing ativo abusivo em todo o Território Nacional, consubstanciado naquele que visa o contato com o cliente para oferta de produtos ou serviços sem o prévio consentimento do consumidor, que somente poderá ser abordado por telefone se expressamente tiver manifestado interesse neste sentido, a partir da intimação da presente decisão, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) pelo descumprimento, **excluídas as demais formas de abordagem via telemarketing, tais como os serviços de telemarketing receptivo/passivo**, bem como aqueles que versem sobre cobranças ou doações”.

O suposto “fato novo” invocado pelo IDC é, portanto, completamente irrelevante para a análise dos requisitos da tutela antecipada por este MM. juízo.

Da mesma forma, a decisão de nº 13 do Processo Administrativo nº 08012.001478/2019-48, também proferida pela SENACON, enfrenta questões diversas do objeto da presente demanda, e não pode justificar a concessão de tutela antecipada nestes autos.

Ora, a simples leitura da ementa transcrita pelo IDC permite observar que em nenhum momento o órgão do Ministério da Justiça faz referência a realização de operações de saque ou mesmo à contratação de cartão de crédito consignado. O que se

discute naquela assentada é a suposta realização de oferta de **empréstimos consignados**: produto diverso do discutido nos presentes autos.

A própria autora, ao anunciar o suposto fato novo, menciona que o BMG teria sido condenado em razão de irregularidades na concessão de “*crédito consignado*”, tratando diversos produtos como se fossem um só na tentativa de confundir este MM. juízo, renovada vênica.

Ao contrário do que tenta dar a entender o IDC, a presente demanda não tem como objetivo investigar toda e qualquer suposta afronta à legislação consumerista por parte do requerido. Seus limites foram traçados a partir da petição inicial, que se limita a afirmar suposta ilegalidade do Telessaque.

Assim, a suposta condenação do Banco BMG no processo administrativo nº 08012.001478/2019-48 não é argumento suficiente para que se afirme que o ora peticionante “*continua lesando os consumidores*” e muito menos para limitar a sua atividade econômica, em prejuízo aos seus próprios correntistas, como pretende a autora.

Ressalte-se que, como já reconhecido pelo Eg. TJMG, **a autorização de saque não se confunde com a contratação de cartão de crédito consignado**, sendo que esta última ocorre sempre por meio de assinatura (presencial ou eletrônica) dos consumidores. Não há que se falar, portanto, em qualquer violação do disposto na ação nº 2553508-45.2006.8.13.0024 por parte do ora peticionante.

Conclui-se, portanto, que os “fatos novos” consubstanciados: (i) na suspensão de práticas de telemarketing ativo pela SENACON; e (ii) a eventual imposição de multa pelo órgão ao BMG **não têm qualquer relação com o objeto da presente demanda**, e por isso, não reforçam a probabilidade do direito da autora para fins de concessão da tutela antecipada.

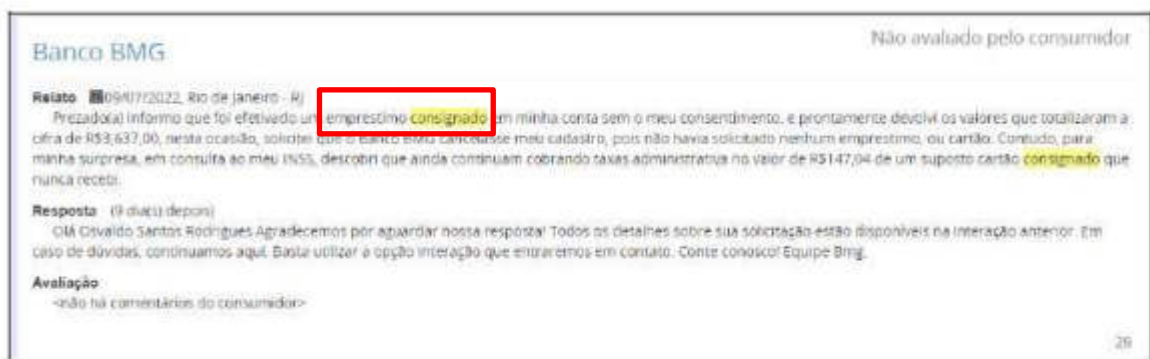
A seguir, no que concerne à suposta proliferação de reclamações em face do Banco BMG em plataformas como a “*consumidor.gov*”, é certo que, como já

demonstrado em sede de contestação, a amostra de reclamações apresentadas pelo IDC representa um percentual ínfimo da base de clientes do requerido.

Dessa forma, não é possível afirmar, a partir dessas reclamações, que haveria uma prática generalizada de autorização de saque sem anuência dos consumidores. Pelo contrário, a prova documental já juntada aos autos demonstra justamente o contrário, como reconhecido pelo Eg. TJMG no julgamento do agravo de instrumento.

A leitura dessas novas reclamações apresentadas pelo IDC também permite observar que elas dizem respeito a diferentes produtos oferecidos pelo BMG. Das seis reclamações transcritas pelo IDC em sua petição, apenas uma diz respeito à suposta ocorrência de saque sem anuência do consumidor.

As outras reclamações versam sobre produtos diversos, e não robustecem a prova documental já apresentada. Veja-se, a título de exemplo, uma reclamação transcrita pela autora e que diz respeito à contratação de **empréstimo consignado**:



**Reclamação trata de suposta irregularidade na contratação de
empréstimo consignado =**

Não tem qualquer relação com o objeto da presente Ação Coletiva!

Ora, na tentativa de robustecer a sua própria prova, o IDC trata empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, saque e Telessaque como sinônimos, o que

não condiz com a realidade. Trata-se, *d.v.*, de clara tentativa de induzir este MM. juízo a erro quanto à suposta lesividade da conduta do ora peticionante.

Como já vem sendo assentado desde a contestação, a existência de reclamações e a ocorrência de desvios pontuais do procedimento padrão adotado pelo banco na contratação de cartão de crédito consignado não é suficiente para que se constate a ocorrência de lesão a interesse individual homogêneo. Esses desvios devem ser solucionados caso a caso, de acordo com as circunstâncias individuais de cada consumidor.

A amostra de reclamações apresentada pelo IDC **não permite constatar essa suposta lesão às normas consumeristas sustentada pela associação**. De fato, nem mesmo a autora parece ter consciência do número de consumidores eventualmente lesados, limitando-se a utilizar ordens de grandeza diversas (“centenas” e “milhares”).

Por essas razões, é evidente que a simples transcrição de algumas reclamações não é suficiente para alterar a conclusão do Eg. TJMG no que concerne à liminar. De fato, o Tribunal *ad quem* já inclusive se manifestou sobre a insuficiência dessas reclamações como prova da probabilidade do direito da autora. Veja-se o trecho do v. acórdão:

“Destaca-se, ainda, **a juntada aos presentes autos do regulamento do cartão de crédito consignado e termo de consentimento**, no qual se verifica a existência de informações que destacam a natureza da contratação, bem como informam acerca de outras modalidades de crédito cujas taxas de juros seriam inferiores e, ainda, que o pagamento do total da fatura seria recomendado para fins de abstenção da incidência de outros encargos, atendendo, dessa forma, ao acordo firmado com a Defensoria Pública da União, cuja cópia foi acostada à ordem nº 202. De certo que não desconheço o fato de que são inúmeras as reclamações acostadas aos autos referentes à prática supostamente praticada pelo banco agravado, **todavia, sem provas seguras de tais condutas não se mostra viável as medidas pretendidas em sede de tutela antecipada**, situação que pode modificar com a instrução do processo, onde será possibilitada a produção de provas sob o crivo do contraditório”.

Tecidas essas considerações, deve ser rechaçada a alegação do IDC de que a concessão da tutela antecipada reiterada pela autora é necessária para coibir a ocorrência de lesões aos consumidores. Apesar de ter tido várias oportunidades, **a**

associação autora não demonstrou a ocorrência dessas supostas lesões (fato constitutivo do seu direito), não havendo qualquer razão que justifique o deferimento de tutela de urgência nestes autos.

Em síntese, é necessário concluir que os supostos fatos novos invocados pelo IDC **não justificam sequer a reanálise da tutela de urgência** e, ainda que assim não se entenda, não poderiam jamais servir de argumento para o deferimento da medida no atual momento processual. É o que se observa, sinteticamente, por meio do quadro abaixo:

Probabilidade do direito (<i>fumus boni iuris</i>)	Risco de dano irreparável (<i>periculum in mora</i>)
<ul style="list-style-type: none">-A decisão cautelar de suspensão de telemarketing ativo não tem qualquer relação com o objeto da demanda, já que as operações de saque não são promovidas por esse tipo de oferta;-A aplicação de multa pela SENACON ao BMG não tem relação com o saque (a ementa da decisão não faz qualquer referência ao objeto da demanda);-O BMG não realiza contratação de cartão de crédito consignado por telefone (ausência de violação ao disposto no feito nº 2553508-45.2006.8.13.0024); e- A prova documental produzida nos autos permite concluir que os consumidores são devidamente informados sobre a natureza do saque e os encargos envolvidos (ausência de lesão ao CDC).	<ul style="list-style-type: none">-As reclamações apresentadas pelo IDC representam uma fração ínfima da base de clientes do banco BMG, e não são suficientes para justificar a suspensão das operações de saque;-A prova documental produzida nos autos demonstra o oposto do que tenta dar a entender o IDC: não há indício de “contratação unilateral”;-As operações impugnadas pelo IDC já ocorriam há mais de quatro anos com o mesmo regulamento quando do ajuizamento da ação, o que demonstra a inexistência de risco de dano;-O deferimento da medida de urgência tem impactos na atividade econômica do Banco BMG, e pode afetar até mesmo a livre concorrência (risco de dano inverso).

CONCLUSÃO: os argumentos trazidos pelo IDC para sustentar a probabilidade do direito não se sustentam =
Necessária manutenção da decisão que indeferiu a tutela antecipada.

CONCLUSÃO: os documentos apresentados pelo IDC não demonstram a existência de lesão que justifique a intervenção do Poder Judiciário na atividade econômica do BMG =
Ausência de periculum in mora.

Por essas razões, deve-se concluir pela insuficiência dos “fatos novos” alegados pelo IDC para justificar a concessão da medida de urgência pleiteada pela autora. Renovada vênua, o pedido ora respondido não passa de mais uma tentativa da associação de induzir o Poder Judiciário a erro, o que deve ser coibido por este MM. juízo. É o que se requer.

II –REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, pede e espera o requerido seja reconhecido o descabimento da reiteração do pedido de concessão de tutela antecipada, diante da ausência de fato ou fundamento novo que justifique a reapreciação da matéria, nos termos do art. 296 do CPC/15.


Ad argumentandum, o Banco BMG reitera suas manifestações anteriores e requer seja indeferida a tutela antecipada pleiteada pelo IDC, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos da probabilidade do direito e do *periculum in mora* (art. 300 do CPC/15).

Nestes termos,
Pede deferimento.
Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

Adriana Mandim Theodoro de Mello
OAB/MG 56.145

Felipe Theodoro de Mello
OAB/MG 169.298


Arthur Salles de Paula Moreira
OAB/MG 136.818


Neman Mancilha Murad
OAB/MG 178.701

FOLHA DE S.PAULO

Defesa do Cidadão (<https://agora.folha.uol.com.br/grana/defesa-do-cidadao/>)

Aposentado afirma que BMG faz cobrança indevida

Leitor diz que foi realizado saque de mais de R\$ 1.500 em seu cartão de crédito do banco sem a sua autorização

28.mar.2020 às 18h08

O aposentado Derly Lambert de Souza, 77 anos, do Jardim Danfer (zona leste), conta que tem um cartão de crédito do BMG e afirma que, no dia 13 de fevereiro, foi realizado um saque em seu cartão no valor de R\$ 1.542,54, que ele não autorizou. O leitor conta que o BMG mandou um boleto para pagamento com vencimento em 18 de março.

“Acho um descaso com o consumidor, pois eu liguei para a central de atendimento do banco e registrei reclamações, mas as providências ainda não foram tomadas”, queixa-se.



Derly Lambert de Souza, 77 anos, diz que também não houve depósito em sua conta-corrente - Arquivo pessoal

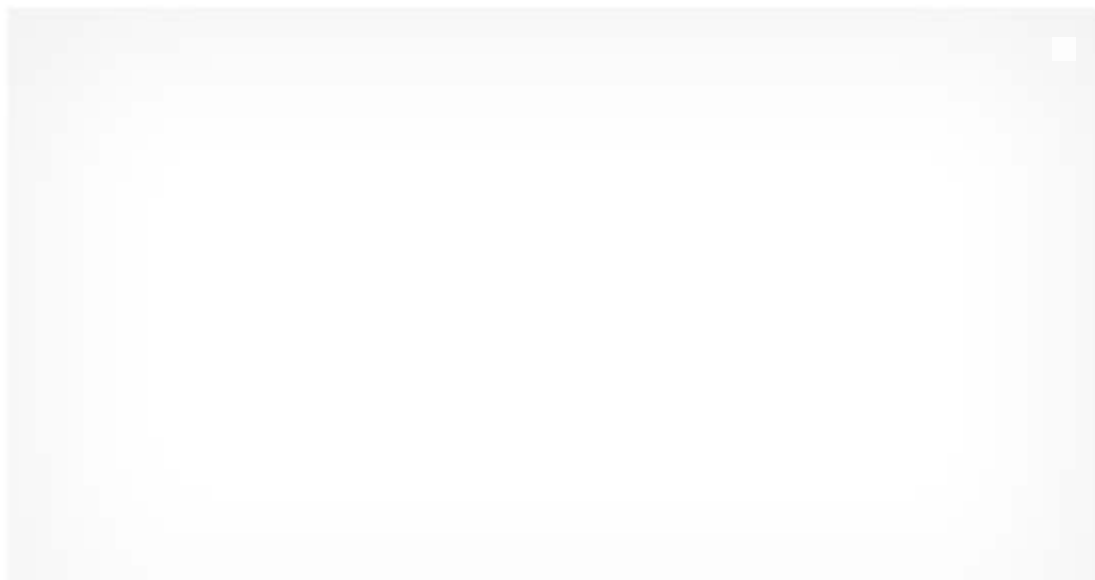
“Não autorizei esse saque, tampouco o BMG depositou o valor na minha conta-corrente. Agora, o banco quer que eu pague um valor que não solicitei e ainda com juros? É absurdo.”

O leitor afirma que pediu o cancelamento da cobrança indevida na ouvidoria e enviou extratos bancários comprovando que o BMG não fez os depósitos.

Souza relata também o receio de que o seu nome seja incluído nos órgãos de proteção ao crédito.

“Imagina ainda ficar com o nome sujo por algo que não tenho culpa. Porém, o BMG apenas enrola para dar uma solução ao caso. Estou me sentindo lesado. Gostaria que esta reclamação fosse publicada no Agora para que outras pessoas não passem pela mesma situação. Peço a intervenção do Defesa do Cidadão para que o banco reveja sua posição”, afirma à reportagem.

PUBLICIDADE



Banco devolve valor e atualiza saldo devedor

O BMG informa que prestou os devidos esclarecimentos ao cliente sobre o estorno do valor. Após análises, foi identificado que o saque realizado pelo cartão de crédito consignado do BMG Card havia sido depositado em uma conta-corrente que o cliente possuía em aberto com o BMG, porém ele não a utilizava.

O banco diz ainda que estornou o valor que estava na conta-corrente do BMG e atualizou o saldo devedor do cartão de crédito consignado do consumidor.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/03/aposentado-afirma-que-bmg-faz-cobranca-indevida.shtml>

Ranking de Reclamações

- Entenda o Rankings
- Simule outros resultados
- Dados para download
- Histórico do Ranking (De março/2002 até junho/2014)



Top 15 - Bancos, Financeiras e Instituições de Pagamento

Demais Bancos, Financeiras e Instituições de Pagamento

Administradoras de consórcio (periodicidade semestral)

Reclamações mais por assunto

Ranking de Bancos e Financeiras

2022 1

Posição	Instituição Financeira	Índice ¹
1º	BTG PACTUAL/BANCO PAN (conglomerado)	76,14
2º	C6 BANK (conglomerado)	50,18
3º	BMG (conglomerado)	46,87
4º	INTER (conglomerado)	36,81
5º	SANTANDER (conglomerado)	28,54
6º	BRADESCO (conglomerado)	25,18
7º	MERCADO CRÉDITO (conglomerado)	22,21
8º	VOTORANTIM (conglomerado)	20,82
9º	PAGBANK-PAGSEGURO (conglomerado)	19,73
10º	ORIGINAL (conglomerado)	17,35
11º	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (conglomerado)	17,19
12º	NEON (conglomerado)	15,59
13º	ITAU (conglomerado)	14,40
14º	BB (conglomerado)	12,64
15º	NUBANK (conglomerado)	9,76

² Quantidade de ocorrências (irregularidades), associadas a reclamações encerradas no período de referência, em que se verifica a participação da instituição, de lei ou regulamentação cuja competência de supervisão seja do Banco Central do Brasil.

³ Total de clientes na base conjugada do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) e do Sistema de Informação de Crédito (SIC).



© Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Economia

Bancos Pan, BMG e Inter lideram ranking de reclamações ao BC

Pesquisa considerada instituições com mais de 4 milhões de clientes



Publicado em 15/10/2020 - 17:25 Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília
Atualizado em 15/10/2020 - 17:45

ouvir:

0:00 / 4:45

O Banco Pan ficou em primeiro lugar no ranking de reclamações contra instituições financeiras no terceiro trimestre de 2020, de acordo com dados divulgados (15) pelo Banco Central (BC). Para a elaboração do documento, foram consideradas as instituições com mais de 4 milhões de clientes. O BMG ficou em segundo lugar e o Banco Inter, em terceiro.

No período, o BC recebeu 1.464 queixas consideradas procedentes contra o Banco Pan, a maioria por “oferta ou prestação de informação sobre crédito consignado de forma inadequada”.

O BMG recebeu 1.325 reclamações, a maioria delas também sobre problemas com o crédito consignado. Já o Inter recebeu 869, sendo a maior parte das reclamações sobre a não realização de débitos automáticos autorizados pelo cliente, divergências em saques e depósitos em caixa convencional, problemas em transações por falhas humanas e problemas no resgate de aplicações.

Para elaborar o ranking, as reclamações procedentes são divididas pelo número de clientes da instituição.

Uso de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossa plataforma. Ao continuar navegando, você concorda com as condições previstas na nossa Política de Privacidade. [Para mais informações, consulte aqui.](#)

OK

cálculo, o Pan ficou com o índice de 255,33. As queixas contra o BMG resultaram no índice 236,73. E o Banco Inter ficou com índice 126,38. O Banco Pan tem 5.733.561 clientes, o BMG tem 5.597.083, e o Inter, 6.875.798.

Entre os bancos com mais de 4 milhões de clientes, a Caixa Econômica Federal apareceu em quarto lugar no ranking com índice 49,1. Em seguida, na quinta colocação, vem o Santander, com índice 34,33. Na sexta posição vem o Itaú, com índice 32,3.

O Banco do Brasil ficou na sétima posição, com índice 27,66. O Banrisul vem na sequência, em oitavo lugar, com índice 27,15.

Reclamações

A maioria das reclamações registradas pelo BC e consideradas procedentes é por irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, ao sigilo ou à legitimidade das operações e serviços relacionados a operações de crédito (3.062) e em internet banking (2.654). No total, o BC considerou procedentes 23.926 queixas de clientes contra os bancos no país.

A insatisfação com serviços e produtos oferecidos por instituições financeiras pode ser registrada no BC, e as reclamações ajudam na fiscalização e na regulação do Sistema Financeiro Nacional. Quando chega ao Banco Central, a reclamação é encaminhada para o banco, que tem prazo de dez dias úteis (descontados sábados, domingos e feriados) para dar uma resposta, com cópia para o BC.

Os canais de atendimentos do BC estão [disponíveis na internet](#), pelo aplicativo BC+Perto, por correspondência, presencialmente ou pelo telefone 145.

O Banco Central recomenda que a reclamação seja registrada, primeiramente, nos locais onde o atendimento foi prestado ou no serviço de atendimento ao consumidor (SAC) do banco, nas [ouvidorias das instituições](#) e nos órgãos de defesa do consumidor.

Bancos

Em nota, o Banco Pan informou que trabalha consistentemente em medidas para melhorar e modernizar produtos, processos e a qualidade do atendimento ao consumidor. “Nesse sentido, [o Banco Pan] tem investido de forma relevante na digitalização dos negócios e em ciência de dados para oferecer uma melhor experiência na utilização dos seus serviços. O Pan reforça sua posição de respeito aos clientes e está à disposição em todos os seus canais de atendimento.”

O BMG respondeu que a posição atual da instituição no ranking do Banco Central se deve à classificação do banco que, ao ultrapassar a marca de 4 milhões de clientes, passou a ser equiparado às maiores instituições financeiras do país. “Os critérios adotados pelo BC acabam desfavorecendo a posição do BMG, pois a comparação é realizada com companhias detentoras de centenas de milhares de clientes”, informou o banco. O BMG reiterou o compromisso de obediência às normas em suas operações e pôs-se inteiramente à disposição dos clientes em seus canais de atendimento.

Em nota, o Inter afirmou que trabalha continuamente para aperfeiçoar todos os seus canais de atendimento. E segue investindo em melhorias e no aumento das equipes de suporte ao cliente, para garantir a melhor experiência para seus mais de 7 milhões de clientes.

**Colaboraram Kelly Oliveira e Andréia Verdélio // Matéria ampliada às 17h44 para inclusão de nota do banco Inter.*

Uso de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossa plataforma. Ao continuar navegando, você concorda com as condições previstas na nossa [Política de Privacidade](#). [Para mais informações, consulte aqui.](#)

OK

Relacionadas

[Economia](#)

[Atividade econômica tem alta de 1,06% em agosto, diz Banco Central](#)

[Economia](#)

[Banco Central oficializa redução do compulsório a prazo](#)



DESTAQUES EBC

Radioagência

29/11/2022 14:35

[Mundial de bocha paralímpica será realizado no Rio em dezembro](#)

Rádios

29/11/2022 14:58

[Ponto do samba homenageia Erasmo Carlos](#)

TV Brasil

29/11/2022 15:00

[Um roteiro pelo norte de Minas](#)

Últimas notícias

Geral

ter, 29/11/2022 - 12:06

[Chuvas causam queda de árvores e pontos de alagamento em SP](#)

[Foram registradas rajadas de vento que variaram de 35,2km/h a 56,8km/h, nas zonas norte, leste, sul e na região do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos.](#)

Compartilhar:    

Economia

ter, 29/11/2022 - 11:56

[Arrecadação federal atinge R\\$ 205,47 bilhões em outubro](#)

[No acumulado do ano, arrecadação somou R\\$ 1,83 trilhão, acréscimo de 9,35%. Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, valor arrecadado foi de R\\$ 185,284 bi.](#)

Compartilhar:    

Uso de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossa plataforma. Ao continuar navegando, você concorda com as condições previstas na nossa [Política de Privacidade](#). [Para mais informações, consulte aqui.](#)

OK